



# Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 233ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1972

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

- O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 330/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 267/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Mateus do Sul, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Paulo Fortes. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77.  
Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 234ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1977

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Squarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Del Ciel, Nelson Buffara e Osvaldo Macedo (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão a ata.
- O SR. NILSO SQUAREZI — (Sobre a ata). Sr. Presidente, requiro que conste da ata que a sessão foi suspensa por determinação do Sr. Presidente, por dez minutos. Parece que da leitura só consta que foi suspensa, não diz o tempo que foi suspensa, e o motivo da suspensão, o tumulto verificado em Plenário.
- O SR. GABRIEL MANOEL — Questão de ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, inicialmente, responderá a questão de ordem do Sr. Deputado Nilso Squarezi e, em seguida, lhe conferirá a palavra.  
Na ata lê-se: (Lê): ... "Pela ordem, o Sr. Deputado Trajano Bastos, requer a suspensão da sessão por alguns instantes. A Mesa defere. É suspensa a sessão."

V. Exa. propõe que...

- O SR. NILSO SQUAREZI — Conforme a Casa pode se certificar, Sr. Presidente, a sessão foi suspensa por 10 minutos. Eu requereria que constasse isso da ata.
- O SR. PRESIDENTE — A Presidência aceita e faz da questão de ordem de V. Exa. a inclusão para a ata desta sessão.
- O SR. NILSO SQUAREZI — E ainda, Sr. Presidente, o motivo da suspensão da sessão.
- O SR. PRESIDENTE — A Presidência levará em consideração. Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. — (Declina).

A Presidência coloca em votação a ata com a emenda proposta pelo Deputado Nilso Squarezi. — APROVADA.

- O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### MENSAGEM:

MENSAGEM 126/77

Curitiba, 17 de novembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Caixa Econômica

ca Federal, objetivando aplicação de recursos do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — CEU, destinados à construção de 4 (quatro) centros sociais urbanos do tipo "B", nos Municípios de Toledo, São José dos Pinhais, Campo Mourão e Foz do Iguaçu, na forma que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

#### OFÍCIOS:

Sob o número 209/77 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei número:

123/75: Do Senhor Deputado Nilso Romeu Sguarezi, que visa dar nova redação ao artigo 2o., da Lei no. 5972, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade do combate à febre aftosa. À C.C.J.

Sob o número 201, 203, 204 e 205/77, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei no.:

82/77: Do Senhor Deputado José Antônio Del Ciel, que declara de utilidade pública a Beneficência Japonêsa de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.639.— Agradeça-se.

91/77: Do Poder Executivo, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1979, os efeitos da Lei 6547, de 06/06/74, o qual convertido em Lei tomou o número 6.942.— Agradeça-se.

80/77: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Padre Anchietta, com sede e foro na cidade de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o número 6.944.— Agradeça-se.

87/77: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública o Conselho Particular de Maringá, da Sociedade São Vicente de Paula, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 6.943. Agradeça-se.

#### Telegrama:

Nos seguintes termos: ACUSO RECEBIMENTO DO OF. no. 1661/77 DA/DE/SC/ENCAMINHANDO REQUERIMENTOS REFERENDADO 33 SENHORES DEPUTADOS DESSA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PT ATENCIOSAMENTE NEY BRAGA-MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Ao Conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor JOSÉ ANTÔNIO RIO, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à Exma. família e a seus irmãos Orlando do Rio e Alcindo do Rio, residentes em Bela Vista do Paraíso-Pr.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

a) Rosário Pitelli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor VERGILIO RISSO, pioneiro da cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à Exma. família em Bela Vista do Paraíso-Pr.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

(a) Rosário Pitelli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento em data de 14 de novembro p. passado, nesta Capital, da Sra. ASTROGILDA FONSECA JUSTO.

A extinta era genitora da Professora Therezinha Guibur, digna Delegada de Ensino da Secretaria de Educação, deixando além de seu esposo, Sr. Francisco Justo, mais sete filhos; Nicola, Maria Helena, Antonia, José Maria, João, Marcos e Francisco.

Deixa também um imenso círculo de amizades e uma lacuna que jamais será preenchida no dia a dia daqueles que prantearam o seu passamento.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do inteiro teor do presente requerimento à família enlutada, que reside nesta Capital à Av. Salgado Filho, 371.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

(a) Luiz Alberto Oliveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja a hora do Grande Expediente da sessão do próximo dia 25 de novembro dedicada integralmente à comemoração do DIA UNIVERSAL DE AÇÃO DE GRAÇAS, quando esta Casa poderá comungar do sentimento de agradecimento que deve estar imbuído todos os homens de todas as raças e religiões e em todas as partes do mundo.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977.

(a) Antônio Facci.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para indicar os Senhores Deputados NILSO ROMEU SGUAREZI e ENÉAS FARIA, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL, para analisar as Emendas à Constituição do Estado, contidas na Proposição no. 573/77.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

(a) Trajano Bastos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando informação dos itens abaixo, no interesse do magistério e referente ao Edital de Chamamento no. 02/77, publicado no D.O. de 19/10/77:

1)- Quem não se manifestar, isto é, não fizer qualquer opção, como ficará sua situação?

2)- Se detiver dois padrões, optar por uma e outra carga horária, gozará de idênticas promoções e acessos (Arts. 12, 32 a 39 da Lei Complementar no. 07/77), em ambos os padrões, embora de cargas horárias diversas?

3)- O professor, às vésperas de se aposentar, optando pelo padrão de carga horária de 22 horas; aposentar-se-á com vencimentos desta carga horária, ou de 10 aulas, mais a média das aulas suplementares, como tem, até aqui, ocorrido?

4)- O ocupante de cargo em comissão do atual regime de 10 aulas como ficará, optando pelas 22 horas?

5)- Os que optaram pela carga horária de "10 aulas", terão as mesmas vantagens, como promoções e acessos, que os optantes pelo padrão de 22 aulas? E os vencimentos serão equiparados proporcionalmente aos de "22 horas"? É que, atualmente, o valor-aula do padrão de 10 aulas semanais - é superior ao de 22 horas, previsto na Lei 6892/77.

6)- O Edital refere-se a "horas" e não "aulas". As dúvidas são: A hora aula é igual à hora relógio? Haverá "hora" remunerada que não seja "aula" para professor?

7)- Os professores que não forem estabilizados nos termos da Lei 6819/76, mas que ainda deverão sê-lo, terão prazo especial para optarem?

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

(a) Trajano Bastos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor do DNER, para mandar proceder ou autorizar que se proceda a construção de acesso para Posto de Abastecimento, Bar, Restaurante e Oficina Mecânica, na BR/369 onde faz entroncamento com a PR/239, trecho Nova Aurora.

Cumpra ressaltar que a construção do acesso em questão, também virá eliminar uma grande vala existente no local, à margem da estrada, que tem sido causa de acidentes rodoviários, pois torna quase inexistente o acostamento.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977.

(a) Lineu Turra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, indagando se existem instrumentos legais que amparem a obrigatoriedade imposta por estabelecimento bancário que exigem junto às suas agências, a efetivação de seguro pessoal (de vida) para fins de financiamentos.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977.

(a) Valter Pietrângelo.

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo relato do Vereador Écilo Scutari Martins dos Santos, de cuja autoria é a proposição já aprovada pela Câmara Municipal de Terra Roxa e também já encaminhada ao Banco Central do Brasil, a agência local do Banco Bamerindus do Brasil S.A. exige que os agricultores que a ela se dirigem com o objetivo de obter financiamentos para suas lavouras, façam junto à mesma, um dispendioso seguro de vida, não importando que os interessados já sejam segurados junto a outro ou outros institutos.

Crê-se, que também as demais agências dessa rede bancária, espalhadas pelo Brasil, procedam também por esta mesma forma, o que adjetivamos de atentatória à economia nacional.

Não bastasse as enormes dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos nossos sacrificados agricultores, a elas soma-se iniciativa de tão nefasta natureza.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 164/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarado de utilidade pública, o "CENTRO COMUNITÁRIO DE NOVA FÁTIMA - CECOM", com sede e foro na cidade de Nova Fátima.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.977

(a) Gabriel Manoel.

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário de Nova Fátima, - CECOM, tem por objetivo promover a assistência social no âmbito da comunidade de Nova Fátima.

A cópia dos Estatutos Sociais da entidade que anexamos ao presente comprovam as finalidades filantrópicas, bem como o seu caráter, exclusivamente, beneficente.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema do menor desamparado no País e em especial na região do Norte do Paraná, é uma questão que requer providências imediatas.

Diria mais, soluções imediatas.

Caso este estado perdure por muito tempo, as perspectivas serão das mais pessimistas.

Só para os senhores terem uma idéia da extensão do problema, vou citar alguns dados colhidos nas primeiras investigações da CPI.

Em 1.980, caso as medidas urgentes que se fazem necessárias não forem tomadas, teremos cerca de 75 milhões de menores sub-nutridos com evidentes tendências à marginalização, devido às precárias condições sócio-econômicas em que vivem seus pais.

E o que é pior, numa evidente falha da política educacional do País, 2.800 cidades do Brasil não têm um médico sequer.

No campo sócio-econômico a situação não é menos grave: segundo estudos na Fundação de Assistência à Infância de Santo André, uma família brasileira composta de casal e três filhos necessita no mínimo de Cr\$ 1.560,00 para um mínimo de sustento alimentar.

E pensarmos que o salário mínimo gira em torno de Cr\$ 1.050,00.

Sinceramente, a meu ver, não adianta medidas paliativas que ora estão sendo levadas por exemplo, a uma das favelas de Londrina.

A Secretaria de Saúde está promovendo dedetização em massa nos barracos da Favela Mariza.

Ora, de que adianta isso? De que adianta a orientação para o destino do lixo, se não há rede de esgoto? De que adianta conselhos higiênicos se os moradores não têm ao menos dinheiro para comprar sabão?

Então, diante desse quadro, é que meu ponto de vista está voltado para um aprofundamento na análise do problema.

A questão é de estrutura. Esta iniciativa do Governo Estadual, por exemplo, deveria ser orientada paralelamente a outras que são mais urgentes, ou seja, uma reformulação na política econômica do País, mais condizente com a nossa realidade emergente.

No caso do Brasil, por ser um País altamente de solo

agricultável, não seria uma solução viável a adoção de uma política efetiva de aproveitamento do solo, como meio de fixação do homem do campo?

Se não, será aquele eterno círculo vicioso, o homem expulso do campo pela máquina, pelo boi, vem para a cidade e sem preparo qualificado vai para a periferia da cidade, ou seja, as favelas, gerando toda sorte de implicações anti-sociais, as quais vão refletir irremediavelmente na educação dos filhos.

Dai, os menores abandonados.

Uma política salarial que atenda os reclamos dos trabalhadores em geral, não seria um meio de se evitar pelo menos em parte, as distorções sociais motivadas pelo baixo poder aquisitivo do povo?

Se não for assim por que então a maioria dos casos de furtos da delegacia de Londrina, envolvendo menores, é de objetos que refletem psicologicamente o mundo infantil?

Furtam, por exemplo, as modernas bicicletas de corrida.

Não será um desejo contido de possuir uma desde criança?

Roubam dinheiro para comprar cigarros, drogas. Não estará aí o desejo velado da auto-afirmação desde pequeno, em virtude do abandono no lar?

E por que os pais abandonam os filhos?

Como vemos, senhores, é um assunto complexo, que merece profunda reflexão de nossa parte.

Mas, acima de tudo, merece medidas práticas. E é dentro de minhas atribuições que lutarei a nível estadual por uma melhor assistência nesse setor.

Mas que não seja de caráter paternalista, que a nada leva.

Mas sim, condizente com a nossa realidade. É de suma importância, por exemplo, dotar a região de núcleos educacionais especialmente para desamparados, em caráter preventivo-assistencial, onde então haveria todo um processo educativo inter-familiar.

Tenho certeza que traria bons resultados. Além disso, porém, é urgente, é necessária a instalação de casas especiais de menores enquanto aguardam decisão judicial, pois o que vemos em nossas peregrinações pelo interior do Estado é de chocar o coração.

Garotos convivendo com marginais da pior espécie, sendo tratados como presos comuns, surrados pelos próprios policiais.

E quando vão para a Queiroz Filho, na Capital, completam o aprendizado do sub-mundo do crime, trazendo graves danos à sociedade e a si mesmos, pois serão encarados como bandidos.

Mas, pergunto-lhes, senhores, são eles os únicos culpados?

Sr. Presidente, aí está um problema complexo e que deve merecer a atenção dos Parlamentares desta Casa, da sociedade brasileira, o problema do menor abandonado, várias vezes discutido, várias vezes invocado pelos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, nós gostaríamos, nestes últimos momentos que nos restam, no Pequeno Expediente, de dizer que as cartas que vão para Londrina nem sempre chegam às mãos daqueles que deveriam recebê-las.

Ontem, olhando os jornais, verificamos uma verdadeira denúncia:

Quase 3.000 Kg de cartas que deveriam ser endereçadas a Londrina, foram jogadas num sítio, próximo àquela cidade, e, cartas que deveriam ser endereçadas à pessoas ilustres, à firmas conhecidíssimas, à própria Cacique do Café Solúvel, ao BAMERINDUS, ao proprietário de uma banca de jornais bem em frente ao Correio.

Simplesmente, foi dito que não foram encontrados os destinatários.

Em frente à "FOLHA DE LONDRINA", à família MILANEZ, esta família ali trabalhando e cartas a membros desta família, não foram entregues.

Então, o que está acontecendo?

O que será que está acontecendo com estas cartas?

Sabemos, Sr. Presidente, lendo o próprio jornal, que, há poucos dias houve um roubo muito grande na cidade de Cambé, de 35 mil cruzeiros.

Então, é preciso que sejam tomadas providências, para que as cartas cheguem ao seu destino e não cheguem violadas.

Temos certeza, o próprio poder policial, tomando providências, trará, por certo, a esta Casa e a este Deputado, algumas informações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A atividade política exercida por quem tem o privilégio de merecer o apoio de uma mesma coletividade, por quase duas décadas atuando na mesma região, por certo, exige do representante, muita seriedade no desempenho de sua missão, na sua atuação.

A máxima, de que "um político pode, por pouco tempo, enganar a muitos, todavia não pode, por longo tempo, nem sequer enganar a poucos", deixa-me à vontade para afirmar que, nunca tive necessidade, graças a Deus, de procurar votos fora da minha região de atuação política, para me ver reconduzido a esta Casa de Leis.

Afirmo, sem falsa modéstia, que sempre falei em nome de uma coletividade, e dela obtive sempre e quando procurei, a procuração da população para representá-la, pois, nas inúmeras eleições das quais participei, recebi pelo voto direto, secreto, universal, esta procuração que procuro exercer com dignidade, com altivez, com seriedade e com autenticidade.

Em 6 (seis) eleições consecutivas apresento-nos como candidato a diferentes cargos eletivos, sem nunca contar com o respaldo de grupos econômicos; em todas elas tive, mercê da generosidade dos brasileiros que habitam a abençoada terra paranaense, o apoio necessário para exercer a delicada tarefa de representante do povo; na região Sudoeste-Oeste do Estado do Paraná, sou majoritário em mais de 10 municípios, e atuo, politicamente, em aproximadamente 30 municípios.

Cultivo, sempre cultivei um grande respeito por aquela próspera região e por sua gente; vejo em cada homem e em cada mulher, um irmão; tenho me esforçado por ser merecedor da amizade que a eles tributo, e vejo que a recíproca é verdadeira, pois tenho, na ARENA, e no MDB, famílias que me consideram filho, aos quais considero pais, irmãos a quem devoto profunda amizade e grande respeito, não pela ajuda e pelo prestígio que tenho deles recebido mas, especialmente, pela força que me dão através de incentivos que sabem, pelas palavras e pela amizade que me dedicaram.

Por outro lado, se tenho tido a felicidade de ser bem sucedido em todas as eleições das quais tenho participado, confesso-me - sou ainda um simplório da política, porquanto ao longo desses 20 anos, não pude, ainda, aprender as sutilezas da arte política.

Na maioria das vezes, aconselhado a calar, tenho falado. Nunca consegui calar diante daquilo que considero uma injustiça que se cometa contra uma pessoa, um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma coletividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no último dia 28 do mês de outubro próximo passado, um jornal da Capital do Estado do Paraná, mais precisamente o jornal "O ESTADO DO PARANÁ", estampava manchete, em sua primeira página, afirmando que a Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco cassava o título de cidadania honorária conferido, anteriormente, ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes,

Osires Stenghel Guimarães.

E a nota da primeira página afirmava que a medida deve-se diante da pressão feita pela comunidade insatisfeita com o Governo do Estado, pela ausência do Governo em atender reivindicações da população e que a ARENA, majoritária na Câmara, revogava o título honorífico concedido ao Governador do Estado.

A minha primeira reação foi a de vir a esta tribuna contestar, pois sabia ser meu dever fazê-lo por ser a nota eivada de mentiras, de injustiças, para com o homem e o Governo que tem realizado tanto em favor da Capital do Sudoeste do Paraná e de resto para toda a região Sudoeste do Estado do Paraná.

Mas, quem faz política com seriedade, tinha que aguardar manifestação do Poder Legislativo Municipal de Pato Branco, envolvida no episódio.

E, recebo, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cópia das atas das sessões realizadas pela Câmara Municipal de Pato Branco; recebo cópia dos pronunciamentos feitos pela unanimidade dos Srs. Vereadores da Aliança Renovadora Nacional e percebo neles a revolta de uma população bem representada por tudo quanto tem se procurado fazer por alguns setores da informação neste Estado para denegrir o bom nome de um Governo.

É necessário que eu historie:— No mês de junho, depois das reformas de abril, acreditava a Câmara Municipal de Pato Branco, como de resto as Casas Legislativas Municipais, que havia caído o "quorum" privilegiado com a aprovação de leis, inclusive, as que conferem título de cidadão honorário.

Entendiam os Legisladores Municipais, não só, de Pato Branco mas, deste País, que tendo caído o "quorum" privilegiado para se emendar uma Constituição, teria caído, também, a exigência do "quorum" privilegiado para a aprovação de leis que são consideradas Leis Ordinárias, as de doação de terrenos, de transferências de patrimônio e a de votação de títulos de Cidadania Honorária.

Com base nisto, a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro, apresentaram numa Casa Legislativa que não é pródiga na concessão de títulos de cidadania, projetos de lei conferindo títulos de Cidadão Honorário a Jayme Canet Junior, a Osires Stenghel Guimarães, a Harri Waldir Graeff, ex-Prefeito Municipal e a Plácido Machado, também ex-Prefeito Municipal.

Em três turnos, em reuniões e sessões históricas, por cinco votos contra quatro; cinco da inanimidade de Vereadores e quatro da unanimidades dos Vereadores do MDB, contra, aprovaram-se a concessão dos títulos de Cidadania Honorária aos dois homens públicos.

E ainda, no mês de junho, o Sr. Prefeito Municipal recebeu o autógrafo, sancionou os projetos e conferiu a Cidadania Honorária.

Mas só no final do mês de outubro, um Sr. Vereador do Movimento Democrático Brasileiro, com respaldo na Lei Orgânica dos Municípios, sem que tenha antes se apercebido dos turnos de votação das quais participou, impugnava validade da concessão.

E a Câmara, reunida especialmente para analisar a representação do ilustre Vereador, concordou em invalidar o ato, e num acordo de cavalheiros dar por encerrado o episódio, para voltarem posteriormente ao assunto.

Mas é necessário que o Deputado que representa Pato Branco, diga também que a idéia da concessão do título de Cidadania Honorária ao Governador do Estado, nasceu da proposta de um homem ligado ao Movimento Democrático Brasileiro, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento do Município de Pato Branco, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, Sr. Aires Furcelini.

Na oportunidade, presentes Vereadores da Arena e do

MDB acordaram para que tal ocorresse.

Todavia, o acordo de cavalheiros não vingou e, posteriormente, a Câmara entendendo a exigência do "quorum" privilegiado, para encerrar o episódio voltou atrás numa decisão, mas nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados para atender, segundo o periódico, pressões da opinião pública que insatisfeita, como disse o jornal, com a atuação do Governo, exigia tornar-se sem efeito a decisão que foi histórica.

Dizia eu, Sr. Presidente, que não me açodei a vir a esta tribuna para falar em nome de uma Casa Legislativa, a soberana Câmara Municipal de Vereadores da minha cidade de Pato Branco.

Aquela Casa de Leis se reúne quatro dias por mês, e depois do episódio voltou a reunir-se, Sr. Presidente, nos dias 7, 8, 9 e 10 deste corrente mês de novembro.

E, durante aquelas sessões, Sr. Presidente, a unanimidade dos Srs. Vereadores David Miguel e os dois Srs. Vereadores Dimas Abreu e Antoninho Vigário, a unanimidade deles subcreveram um requerimento em que requeriam um voto de repúdio à imprensa que maldosamente atirava o Poder Executivo e Legislativo de Pato Branco, contra o Governador do Estado.

Atribuindo-lhes responsabilidade no episódio, Sr. Presidente.

E nem longe, poderia, nem os menos avisados, nem de leve, abrigarem requerimento que foi aprovado, sem nenhuma contestação por qualquer Vereador do MDB.

E o voto de repúdio foi encaminhado ao Sr. Diretor de "O Estado do Paraná", que não o publicou e nem o fará, tenho certeza.

Mas, não foi só, Sr. Presidente, todos os Srs. Vereadores da ARENA, em pronunciamentos publicados pelas emissoras locais, falaram da grande obra administrativa realizada por Paulo Pimentel e em favor de Pato Branco e do Sudoeste do Estado.

Enumeraram, Sr. Presidente, e eu vi transcrever trechos aqui dos discursos dos Vereadores:

Ernesto Pilatti, Adular Hansa, David Miguel, em que dizem entre outras coisas:

"Só a mente doentia dos que querem dividir; só os que estão ausentes de Pato Branco, desde a época que por aqui andaram, pedindo votos ao povo, poderiam ignorar por exemplo: a ampliação do Grupo Escolar Professor Augustinho Pereira; a ampliação do Grupo Escolar Júlio Salomoni; a construção do Grupo Escolar da COPASA; a construção do prédio da FUNABEM; com participação de 80 por cento do custo da obra pelo Estado, no valor de 350 mil cruzeiros; a construção de uma creche para abrigar as crianças das mães pobres que trabalham, no valor de 500 mil cruzeiros, auxílio do Governo; a construção do prédio do PREMEN, em fase de acabamento, Ensino Profissionalizante de 2o. Grau, com investimento de 17 milhões de cruzeiros; a construção do prédio onde será instalada a 5a. Subdivisão Policial — Delegacia Regional de Polícia e CIRETRAN no valor de 6 milhões de cruzeiros; a construção do prédio onde será instalado o novo Centro de Saúde, 2 milhões e 400 mil cruzeiros; o Centro Social Urbano, que será construído o ano que vem, já aprovado pelos organismos federais com intercessão do Governo Estadual em convênio Estado e União no valor de 6 milhões de cruzeiros; o asfaltamento do Aeroporto Municipal, obra decantada e sonhada pela população de Pato Branco, hoje servindo já a linha aérea já inaugurada, que faz Curitiba-Pato Branco, Oeste Catarinense, diariamente, Sr. Presidente, no valor de 6 milhões de cruzeiros.

O asfaltamento do acesso da BR 373 ao Aeroporto Municipal de Pato Branco; a autorização já em fase de construção, 18 salas de aulas distribuídas em mais quatro grupos escolares, Bom Sucesso, S. Roque, Copasa e São Vicente, um auxílio de 3 milhões e 200 mil cruzeiros, repassados.

A construção de um prédio destinado à APAE, um auxílio do Governo do Estado no valor de 200 mil cruzeiros; A construção de uma área coberta, a recursos de 550 mil cruzeiros repassados pela Secretaria da Agricultura, no local onde se instalará o Laboratório de Análises da Terra, junto ao setor agrícola de Pato Branco; a construção de um prédio já em fase de acabamento onde funcionará a nova sede da Café do Paraná no valor de um milhão de cruzeiros já repassados; a construção da sede do 3o. Batalhão da Polícia Militar do Estado, recursos já alotados para iniciá-lo em janeiro, no valor de 5 milhões de cruzeiros; O acesso a Pato Branco pelo lado sul, asfaltado, e o contorno ligando a BR-183 à BR 280, cujos trabalhos terão continuidade agora, com um recurso de 6 milhões de cruzeiros já repassados.

Doação à Prefeitura Municipal de Pato Branco, de 11 mil metros quadrados de terrenos urbanos, com oficinas, pavilhões 4 casas e escritórios, doação do Governo do Estado, para a instalação da Guarda Mirim, que vai atender mais de 100 crianças abandonadas.

Auxílios da FUNDABEM através do Instituto de Assistência ao Menor, onde se abrigam hoje 90 crianças desamparadas da coletividade de Pato Branco.

O imóvel doado, está hoje estimado em mais de 4 milhões de cruzeiros.

A construção pelo INICOP de um conjunto residencial de 152 casas populares, abrigando-se ali 22 milhões de cruzeiros e que será inaugurado no mês que vem.

A Modernização do Instituto Agrônomo do Paraná em Pato Branco instalado agora já com projetos em andamento para trigo, zorgo, matrizes de suínos, feijão, milho etc., com emprego agora de 2 milhões e 700 mil cruzeiros para esta modernização.

Instalação de discagem direta internacional, DDI, primeiro município do sudoeste a contar com esta modalidade de comunicação.

A construção da via asfáltica entre Pato Branco, Mariópolis, Clevelândia e Palmas, obras que estão se desenvolvendo em ritmo acelerado, para alcançar a estrada da produção em União da Vitória, dando uma outra saída para Pato Branco.

O asfaltamento da estrada Pato Branco-Itapejara do Oeste, Sr. Presidente, agora com nova firma empreiteira no trecho, porque a primeira não foi bem sucedida.

Poderia falar, Sr. Presidente, dos 5 reservatórios elevados da Sanepar, já concluídos e para serem inaugurados.

E a nova Adutora da Sanepar, para captar água no Rio Pato Branco, a partir de janeiro do ano que vem, começarão as obras, com recursos alocados, para servir de água Pato Branco, até o ano 2 mil.

Projeto Cura, em andamento. Poderia me referir, Sr. Presidente, à concessão de um auxílio de 4 milhões, 166 mil cruzeiros, a fundo perdido, consignados pelo Governador do Estado, na distribuição de recursos da quota parte do imposto único, sobre lubrificantes.

Poderia, Sr. Presidente, conferir-se à doação de 500 toneladas de betume, para auxiliar Pato Branco, no asfaltamento da via da BR-183, a BR-280, na Rua paralela à Rua Guarari.

Se fôssemos falar, Sr. Presidente, dos auxílios concedidos à Prefeitura para pagamento de professores municipais; se fôssemos nos estender aqui, Sr. Presidente, às facilidades com que a Copel tem permitido a ampliação da rede de distribuição de energia elétrica; se fôssemos falar que foi neste Governo de Jayme Canet Junior que se completou o asfaltamento da via Pato-Branco - Francisco Beltrão, que hoje demanda a Capanema; se fôssemos nos referir, Sr. Presidente, ao asfaltamento de Francisco Beltrão-Dois Vizinhos, de Dois Vizinhos à Foz do Chopim, à Quedas do Iguaçu, à BR-277.

Dos contratos de asfaltamento das estradas de Santa Izabel-Salto do Lontra a Dois Vizinhos, de Dois Vizinhos a São

Jorge e São Jorge-Chopinzinho, alcançando a BR-373. Se nós fôssemos. Sr. Presidente, dizemos aqui do elenco de obras que nesses governos tem se levado para o Sudoeste do Paraná, sem pretensão política dizemos que agora será iniciado o serviço de abastecimento de água de Iverê, Município entregue ao MDB, que tem um excelente Prefeito à sua frente.

A atenção que o Governador tem dado à região inteira, nós nos estenderíamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falando por horas, apenas para, se necessário, dizer ao Paraná, que há interesses políticos respaldados por alguns órgãos de divulgação que fazem mais mal a uma coletividade, Sr. Presidente, do que um bando de gafanhotos que em determinada época arrasou e devastou a riqueza deste sul brasileiro.

Mas, não desejava me empolgar e disse que sou um primário em política, não sei me conter e não sei me calar diante de injustiças, Sr. Presidente, e não estou aqui para ser agradável a ninguém.

Sou Presidente desta Casa, Sr. Presidente, e agora disputo esta condição.

Aqui sou representante de Pato Branco e falando aqui hoje, autorizado pela Câmara Municipal de Pato Branco, envolvida no episódio, e em nome do Prefeito Municipal de Pato Branco, homens que desejam o bem de uma coletividade inteira, ordeira, tranqüila que eu represento aqui, ao lado do extraordinário Deputado Luiz Alberto Oliveira, que me ajuda a dizer a verdade, e quantas vezes em dizendo-a, estamos expostos, e amanhã eu não sei, estaremos expostos nas manchetes negativas de determinada imprensa.

Mas, basta que eu tenha a certeza, Sr. Presidente, de estar aqui, traduzindo o pensamento da unanimidade da coletividade da minha cidade, que é agradecida, que não é mal agradecida.

Cidade que, através de uma coletividade inteira tem sabido ser grata, e cantando e cantando os feitos dos homens que realmente trabalham voltados para a tranqüilidade.

É com muita satisfação que concedo o aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Ouço o seu brilhante pronunciamento Deputado Ivo Thomazoni, com muita alegria e com muita satisfação, pois ele é esclarecedor.

Disse bem V. Exa., quando afirmou que lidera mais de 10 municípios do Sudoeste e eu que tenho a responsabilidade de liderar outros tantos na mesma região, sinto-me feliz, nesta tarde, de ver restabelecida a verdade dos fatos, porque acredito que a Câmara Municipal de Pato Branco também é composta do mesmo tipo de gente do Sudoeste do Estado, o gaúcho, o catarinense, que foi para aquela região, arrostando todo o tipo de perigo, porque os homens que não eram de bem, que não eram de coragem, não foram para aquela região.

Acima de tudo, Deputado Ivo Thomazoni, Presidente desta Casa, e Srs. Deputados, os homens do Sudoeste têm, sobretudo, um sentimento, o sentimento da gratidão, já exigido e ensinado por Cristóvão de 20 séculos atrás.

A Câmara Municipal composta de homens de bem como a Câmara Municipal de Pato Branco, sabem que Cristo já ensinou que o sentimento da gratidão deve ser o sentimento que norteia, acima de tudo, os homens de bem.

E a Câmara, provavelmente, por equívocos de ordem burocrática ou na análise de leis, teve este problema com relação à concessão do título ao eminente Governador Jayme Canet Junior e ao eminente Secretário de Transportes, Osiris Stenguel Guimarães.

Quero, portanto, congratular-me com V. Exa. e dizer ao Paraná, através desta Assembléia, que na sexta-feira próxima passada, tive oportunidade de participar de uma reunião da Associação dos Municípios do Sudoeste do Estado e da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, solenidade à qual V. Exa. foi convidado.

Os Deputados do MDB da nossa região, Nilso Sguarezi



e Deni Schwartz foram convidados, para que a Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, pela unanimidade de seus membros, homens do MDB e da Arena, concedessem o título de Cidadão Honorário daquele Município ao Sr. Osiris Stenghel Guimarães.

Foi um ato de maioridade política dos Vereadores da Arena e do MDB, de Santo Antônio.

Não há como negar que o grande sonho do Sudoeste, que o sonho profundamente arraigado no sonho de cada um dos 500 mil habitantes daquela região, era que tivéssemos mais estradas, estradas asfaltadas, as grandes vias de escoamento da nossa intensa produção agrícola.

E é o ponto alto do Governo Jayme Canet Junior, torno a repetir, nesta Casa, é exatamente o seu programa rodoviário. Mais de mil quilômetros de rodovias asfaltadas, mais de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros estão sendo aplicados naquele setor, que é o setor grave, sério da economia regional.

Todos os Municípios do Sudoeste terão uma via asfaltada, se não duas ou três como V. Exa. disse bem ao especificar o caso de Pato Branco.

Portanto, o Sudoeste quando dá título de Cidadão Honorário, seja a Câmara de Pato Branco, Clevelândia, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Verê, Itapejara, Santa Izabel, ou qualquer outra Câmara, não faz mais do que exercitar aquele ensinamento de Cristo de que "homem de bem também é um homem grato", e o Sudoeste é grato a Jayme Canet e a Osiris Stentuel Guimarães.

Obrigado, Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço, Sr. Deputado, a intervenção de V. Exa.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejava dizer que hoje, além de falar em nome de uma coletividade que eu conheço e que me conhece, trago a esta tribuna a delegação da unanimidade dos representantes do povo patobranquense na Câmara Municipal dos Vereadores; Dimas Abreu, Antoninho Viggano, David Fernandes Miguel, Adular Genza e o seu Presidente, Ernesto Pilatte.

Mas pediu-me também o Sr. Prefeito Municipal, o Engenheiro Civil extraordinário administrador Roberto Zamberlan, que eu falasse em seu nome para significar, com toda a justiça, o que vai na alma e no coração da gente patobranquense.

O povo de Pato Branco e de resto o povo do Sudoeste não são terras habitadas por viajantes, no sentido pejorativo da palavra.

São regiões banhadas pelo Rio Iguaçu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tiveram a sorte e a ventura de se verem desbravadas por extraordinários homens e mulheres, destemidos homens e mulheres, que oriundos à grande maioria deles dos pagos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, misturando-se ao valor dos paranaenses e dos poucos nordestinos e homens oriundos do Norte deste País, deram um exemplo vivo da capacidade do homem brasileiro.

E é uma coletividade que não se abaixa, que não ras-teja.

É uma coletividade que não bajula.

É uma coletividade que se levantou em armas contra Governos quando entendeu que os Governos mal intencionados esbulhavam, maltratavam e perseguiam.

Mas é uma coletividade cristã, porque com a mesma intensidade com que reage contra a força, contra a injustiça, sabe também ser grata cristamente, aos homens que a tratam com consideração, com desvelo, com respeito.

Nós temos tido, Sr. Presidente, o privilégio de falar em nome do Sudoeste do Paraná e do Oeste também, e ao fazê-lo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos atribuímos o direito de falarmos alto, de cabeça alevantada, Sr. Presidente, porque estamos falando da dignidade de um povo, povo que sofre

a verdade, as intempéries, Sr. Presidente, que compreende que na vida existem vicissitudes, mas que tem esperanças no porvir do amanhã, povo que, por acreditar nas instituições, ajuda a fortalecê-las, com o trabalho diuturno na geração da riqueza que cada vez mais vai sendo distribuída neste País, para que os riscos sejam menos ricos e os pobres menos pobres, e esta filosofia, em qualquer regime sob o Cruzeiro do Sul, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haverá de vingar, sob qualquer égide política, quer de democracia plena, ou relativa, democracia industrial ou qualquer outra dentre tantas novas fórmulas de democracia que quer se procurar encontrar para se fazer o modelo próprio, brasileiro.

Mas, acima de tudo, nós estamos conscientes de que estamos todos trabalhando, cada um a seu modo, mas na linguagem mais correta, no comportamento o mais franco, de forma a fazer com que Pato Branco principalmente, e o Sudoeste, não se mancheiem com inverdades.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Caro Deputado Ivo Thomazoni, Pato Branco hoje é uma cidade-inveja, meu caro Deputado!

Eu quero, nesta oportunidade, como representante de Curitiba, da região litorânea do nosso Estado e dos municípios limítrofes de Curitiba, congratular-me com V. Exa. pelo seu esforço em levar, para Pato Branco, todos esses benefícios enumerados por V. Exa.

E gostaria de, nesta oportunidade, pedir a V. Exa., como benfeitor de Pato Branco que é V. Exa., como trabalhador, que interferisse junto ao Governador do Estado para que — somente somos, nesta região onde o MDB tem a sua representatividade, somos muito humildes e não nos levantamos em armas — e ao exemplo que vou dar, meu caro Deputado, de um município que não tem 50 ou 60 mil habitantes como o seu, mas que tem 40, de um município que nem sequer e nem falei até agora, em injustiça ou interesse político, que nem sequer o PROSAFRA lhe serve, que tem grupos escolares na Cachoeira, município de Tamandaré, onde o quadro-negro é uma placa de folha pintada de preto, então, meu caro Deputado, como eu dizia, solicitaria que V. Exa. interferisse junto ao Governo do Estado, e em nome do Prefeito daquela cidade, e do meu MDB, em nome da Câmara, não queremos tanto, queremos apenas que V. Exa., como benfeitor de Pato Branco e do Paraná, interceda junto ao Sr. Governador para que olhe, também, para um município um pouquinho menor, mas, município de brasileiros também, de paranaenses e de homens com vontade de construir em favor desta Pátria!

Somente isto, meu caro Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sei que V. Exa. não usou maldo-samente a expressão benfeitor, que eu declino de usá-la, porquanto, nada mais fiz aqui, do que cumprir a obrigação de quem se propõe a representar uma coletividade.

E eu não falei, Deputado, e não foi por falta modéstia porque não me lembrei, na oportunidade, não me referi ao fato de que todos os próprios públicos estaduais da minha cidade de Pato Branco, passaram por reformas totais, — o setor de ensino, o setor fazendário, o setor policial, em todos os setores; aplicaram-se mais de 2 milhões de cruzeiros só em reformas, além das novas construções que se vê crescerem, brotarem do chão de Pato Branco, porque o Poder Público, hoje, ontem, antes de ontem, tem merecido a atenção do Governo do Estado mas, nunca, talvez, com tanta abundância de recursos, obras e serviços como no Governo Jayme Canet Junior.

Espero, eminente Deputado, que a exemplo de 95, 98 por cento dos Municípios paranaenses, o Município que V. Exa. se referiu, também, ao seu tempo, receberá o atendimento que deverá merecer, se já não estiver merecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência

certifica ao Deputado que está na tribuna, que V. Exa., por concessão da Liderança, já ocupa o horário reservado à Liderança da Arena, a partir deste momento.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Eu volto a apartear-lo, nobre Deputado Ivo Thomazoni, para dizer a V. Exa. de que não sou representante do Município de Almirante Tamandaré, ao qual o nobre Deputado Adalberto Daros se referiu.

Aqui estão dois eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional que lá tiveram votação — Deputado Fabiano Braga Cortes e Deputado Alfredo Gulin. Eu tendo, como tenho um atávico amor por Almirante Tamandaré, terra onde nasceu meu velho pai, gostaria de dizer a V. Exa., que Almirante Tamandaré recebeu, no Governo Jayme Canet Júnior, o que em nenhum outro governo recebeu: o acesso asfaltado à sua cidade; um sistema de telefones que o coloca em condições de falar com todo o mundo, numa colocação pioneira entre sistemas de telecomunicação do mundo.

Diversos grupos escolares foram levados à Almirante Tamandaré pelo trabalho incansável que desenvolve para aquela comunidade, o Deputado Fabiano Braga Cortes.

A agência do Banco do Estado do Paraná, velho e antigo sonho de Almirante Tamandaré, lá está instalada.

Um sistema de abastecimento de água que serve a todos os moradores da sede do Município.

Grupos escolares, asfalto, água, telefone, Almirante Tamandaré tem recebido, no Governo Jayme Canet Júnior, tudo aquilo que os outros municípios do Paraná têm pleiteado.

Era este o aparte que queria aduzir ao pronunciamento de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Fico com o coração dividido entre os companheiros Gabriel Manoel e Fabiano Braga Cortes.

O Sr. Fabiano Braga Cortes: — Sr. Deputado, só queria, complementando as palavras do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, dizendo que, Tamandaré nada recebeu do Governo, só pode dizer uma pessoa que não conhece Almirante Tamandaré.

Nós conhecemos Almirante antes do Governo Jayme Canet Júnior e após o Governo Jayme Canet Júnior. E as obras aqui enumeradas pelo nobre Deputado Luiz Alberto, estão lá: asfalto, o Banco do Estado, telefone, serviço de água, tratamento de água para toda população, escolas que lá foram implantadas, recentemente instaladas, escolas no Município de Almirante Tamandaré.

Eu só queria complementar as palavras do Deputado Luiz Alberto, dizendo que Almirante Tamandaré por essas obras lá implantadas e, outras que foram implantadas pelo Governo Jayme Canet, Almirante Tamandaré não foi esquecida pelo Governo, pelo nosso Governador Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Nilso Sguarezi, eu darei dois minutos de aparte ao Deputado Gabriel Manoel, e em seguida V. Exa. terá, com muita honra para mim, a palavra em aparte.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Ivo Thomazoni, nós olhamos e ouvimos V. Exa., com a coragem de catarinense, do homem que veio para o Paraná para dar de si tudo em benefício de sua terra e de sua gente. A sua coragem, Deputado Ivo Thomazoni, nos deixa assim, envaidecidos, por fazer parte da nossa bancada e como chefe supremo de nossa Casa.

Vimos que V. Exa., não temendo as informações de ser chamado de bajulador, vem a esta tribuna para dizer uma verdade meridiana, porque a gratidão é a mais abençoada das causas, como disse Jesus Cristo.

V. Exa. está de parabéns pela sua coragem. E quero, em nome do Norte Pioneiro, dar o meu testemunho junto com meu companheiro de bancada e de Arena, Deputado Aguinaldo

Pereira Lima, que também faz coro com V. Exa.

São Sebastião da Amoreira, uma pequena cidade que temos a honra de ter o prefeito de nosso lado, está sendo rasgada de asfalto, levou para lá duas canchas de esporte, e pasmem Srs. Deputados e Sr. Presidente, neste momento na tribuna, o poço artesiano dado pelo Governo do Estado em convênio com a Prefeitura para uma pequena colonização japonesa. Ai se vê, Sr. Presidente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que isto não leva à bajulação, mas à verdade.

Nós, como o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, vemos estampada na face daquele Prefeito e daquela gente, acostuada a molhar a testa com o suor do seu rosto e temos que transmitir a gratidão, mesmo que para isso tenhamos de ser achacados e chamados de bajulador.

Bajulador é, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, todo o povo do Paraná da sua região e da minha região, bajulador da verdade. Porque Cristo teve também seus bajuladores.

Ora, Sr. Deputado, queria neste instante, dizer a V. Exa. e ao Paraná todo, que queremos V. Exa. junto com Arnaldo Busato, como nosso candidato a Senador.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Gabriel Manoel, a solidariedade que V. Exa. me empresta tem um valor muito grande. Todavia, vejo o tempo esgotando e não posso deixar de ter a honra e o prazer de ouvir a palavra do representante da Oposição, que comigo tem a honra de dividir em Pato Branco as preferências do eleitorado, Deputado Nilso Sguarezi, que nas campanhas políticas tem se revelado um lutador, deve, neste instante, também e por certo o fará, falar a linguagem daqueles que discordam da nossa posição e do nosso ponto de vista.

Mas nós sempre soubemos, em Pato Branco, discordar e brigar muito quando pretendemos dividir as preferências do eleitor. Mas é também verdade que nós nunca brigamos contra aqueles que trabalham pelo desenvolvimento do nosso município. Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Obrigado, Deputado Ivo Thomazoni.

Havia feito propósito comigo mesmo de não apartear-lo, porque vislumbrei, logo no início de sua oração, de que V. Exa. trazia muito de emotividade naquilo que pretendia falar à Casa.

Todavia, V. Exa. levantou alguns conceitos que me obrigaram, praticamente, a apartear-lo. E não leve, Deputado Thomazoni, V. Exa. bem me conhece, qualquer agravo à pessoa do eminente Deputado Ivo Thomazoni, mas, sabe V. Exa., que represento uma parcela ponderável de eleitores em Pato Branco. Para ser fiel aos compromissos desses eleitores de Pato Branco, eu tenho que discordar, isto porque, como sabe bem V. Exa., inclusive, na eleição que nos trouxe a esta Casa, eu tive o privilégio de ser o mais votado em Pato Branco; e não poderia, nesta eventualidade, me furtar de trazer aqui, daquilo que eu entendo, que deva discordar de V. Exa.

Se reconheço em parte o que V. Exa. vem defender uma causa justa, V. Exa. comete também algumas, vamos dizer assim, até injustiças.

Em primeiro lugar. V. Exa. citou o problema da FUNABEM, e omitiu e acredito que foi por esquecimento, de revelar, Sr. Deputado, de que o terreno doado à FUNABEM que V. Exa. disse valer vários milhões, foram doados por dois cidadãos de Pato Branco, um dos quais, um dos mais tradicionais elementos da nossa agremiação política, Sr. Aldino Tomazzi.

É um reparo que eu sinto obrigação de fazer...

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado, V. Exa. me permitirá

que eu discorde de V. Exa. Ao falar da FUNABEM, eu disse tão somente o seguinte: construção do prédio da Funabem, com participação de 80 por cento do custo total da obra pelo Estado, no valor de 350 mil cruzeiros. Quando me referi aos 4 milhões de cruzeiros, referi-me aos 11 mil metros quadrados de área urbana doada pelo Governo do Estado com 4 casas residenciais, dois barracões, casa e garagem, onde será instalada



a Guarda-Mirim, no valor de 4 milhões de cruzeiros.

V. Exa., é que não tendo ouvido bem, confundiu FUNABEM com a outra entidade assistencial da Guarda-Mirim, era o reparo que queria fazer.

O Sr. Nilso Sguarezi — Perfeito.

Deputado Thomazoni, V. Exa. também citou um elenco de realizações em Pato Branco, o que levou inclusive, o Deputado Daros a pedir até interferência de V. Exa., para que outros municípios tivessem. Porém, V. Exa. deve entender e à Casa, de que sempre foi a agremiação de V. Exa. que teve o mando político em Pato Branco, a quem cabia a responsabilidade realmente, de realizar estas coisas.

Nunca a Oposição em Pato Branco teve o mando na Prefeitura Municipal. Se o povo de Pato Branco entendeu, de que deveria continuar entregando o comando do município à agremiação de V. Exa., eu respeito este entendimento do povo de Pato Branco.

Agora, com relação ao problema do título de Cidadania Honorária ao eminente Governador do Estado e ao Secretário de Transportes, sabe V. Exa. e toda Casa sabe, da minha posição clara, pública e notória, Sempre fui contra este tipo de que eu considero, me desculpe, mas o meu ponto de vista é conhecido na Casa, de que eu considero uma medida de não se prestar homenagem à autoridade. Porque o Poder é transitório, e a homenagem deve ser prestada depois que essa pessoa saiu do Poder.

E veja V. Exa., que me parece que até meu ponto de vista, vem de encontro ao ponto de vista do Presidente da República: que teve uma medida saneadora ao mandar ao Congresso Nacional, um projeto para não permitir que verdadeiros abusos se cometam a título de bajulação e de exploração meramente política, quando através de um projeto pretende impedir que se coloquem nas placas de inaugurações, os feitores, os realizadores dessas obras.

Mas, Deputado Thomazoni, o meu ponto de discórdia principal, é que V. Exa. afirmou nesta Casa, de que certa Imprensa comete coisas mais graves do que verdadeiros bandos de gafanhotos. Desculpe-me V. Exa., mas não posso, como um homem de oposição, não como representante de Pato Branco agora, não posso concordar com uma afirmação dessas. Não quando hoje em Curitiba, comparece o maior jornalista político desta Nação, Dr. Carlos Castelo Branco, e vai falar em liberdade de imprensa.

Que V. Exa. representando uma parcela do povo digno e altaneiro que V. Exa. bem disse, desta tribuna, que é o povo do Sudoeste do Paraná represento uma parcela daquele povo, que não concorda com uma afirmação — a qualquer imprensa, de uma afirmação como esta.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. conclua, por favor.

O Sr. Nilso Sguarezi — Me permita concluir? Porque V. Exa. dizer, que o jornal "O Estado do Paraná" constitui uma praga pior do que gafanhotos; V. Exa. comete uma injustiça tremenda. Pode acontecer numa notícia, que não corresponda à realidade. Mas à imprensa e esse jornal — e não defendo o Sr. Paulo Pimentel, porque não é homem de meu partido. É homem de vossa agremiação política.

O jornal "O Estado do Paraná", como também o Canal 4 que está impedido, dentro hoje no Sudoeste, de falar aos nossos homens, porque foi vetado por questões políticas. Este jornal, presta serviços de utilidade pública à minha região. E falo em nome daqueles que represento, porque é um jornal que veicula e traz muitas das reclamações, que o povo quer fazer e que outros órgãos de imprensa, infelizmente, por qualquer outra razão, não traduzem.

Portanto, Sr. Deputado, me permita corrigir, com relação a isto. De que V. Exa. fere o direito da livre imprensa circular.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

primeiro S. Exa. o Sr. Deputado Nilso Sguarezi me dá uma grande oportunidade para me situar, e vou fazê-lo.

Inicialmente, corrigindo o eminente Deputado Nilso Sguarezi, a Aliança Renovadora Nacional foi majoritária em 74 e continua majoritária em 76, em Pato Branco.

A eleição de 74, para a Assembléia Legislativa do Paraná, alcançou cerca de 6.500 votos contra quatro mil, 700 e poucos dados ao Movimento Democrático Brasileiro.

A eleição, Sr. Presidente, da Câmara Federal, ocorreu o mesmo episódio, na eleição majoritária do Senado, é fato histórico, que no Paraná foi um desastre. Mas, Sr. Presidente, na eleição de 76, a Aliança Renovadora Nacional continua majoritária. E os Srs. representantes estão em Curitiba; a unanimidade dos Srs. Vereadores e do Executivo Municipal, pediram-me que, em seu nome, e eu o faria em meu nome, em nome da minha coletividade, daria essa posição.

Quando disse, Sr. Presidente, que determinado órgão da imprensa paranaense tem feito mais mal ao Paraná do que um devastador bando de gafanhotos, não me referi à imprensa deste Estado e deste País, Sr. Presidente. Fiz menção àqueles que se respaldam atrás de um veículo de imprensa para denegrir, para enxovalhar, para conspurcar, Sr. Presidente, do nome e a honra de uma coletividade. E este não foi um fato isolado. Estamos cansados de ler uma manchete de chamamento na primeira página e de ler a notícia mentirosa nas suas entrelinhas. Como mentiroso foi o jornal ao afirmar que a Aliança Renovadora Nacional, coagida pela opinião pública que, insatisfeita com o Governador, lhe cassava um título de cidadania honorária, conferido pela sua maioria, Sr. Presidente.

Se isto não é fazer mal à coletividade patobranquense, denegrindo-a aos olhos dos brasileiros todos, Sr. Presidente, eu não sei o que é fazer mal. Se não é fazer mal, Sr. Presidente, ao povo, incompatibilizando-o com as autoridades maiores, se não é fazer mal, Sr. Presidente, manchetear negativamente este Estado, permanente e diariamente, eu não sei o que é fazer mal.

Só os covardes, Sr. Presidente, só aqueles que têm talvez o ciúme do "Estado do Paraná", jornal que lhe roubam o privilégio de ser um dos primeiros a denunciar o que consideram errado nesta Casa e fora dela, é que podem se emocionar, Sr. Presidente, querendo atrair-me com uma imprensa que me conhece ao longo dos tempos.

Não sou Sr. Presidente, bajulador, mas não sou também covarde.

Não é porque se agregam contra mim um jornal e uma televisão que eu não venha a dizer desta tribuna o que penso em defesa de minha gente, do povo que eu represento. E disse no início deste discurso, Sr. Presidente, que sabia que amanhã seria manchete negativa, seria objeto de mais algumas mentiras, porque ele não dirá nunca, "O Estado do Paraná", que a Câmara, Arena e MDB entendiam correta a concessão da Cidadania Honorária por maioria simples, e que não houve revogação. Houve a nulidade do ato que exigia quorum privilegiado de 2/3 para ser conferido.

Era isto que o jornal tinha de dizer que, na verdade, respeitando a maioria representativa de um município que hoje, quer queiram quer não, pela vontade soberana do povo, represento aquela coletividade. Digam de mim o que quiserem, mas que não se diga nunca que houve omissão da minha parte por covardia.

Esta é a minha posição mantida sempre, para todo sempre. Sou um homem de posições, Sr. Presidente, e devoto muito respeito ao Deputado Nilso Sguarezi. Sei do seu valor e da sua combatividade e conheço um por um dos seus eleitores, um por um, Sr. Presidente, e sei também o que pensam os seus eleitores, hoje, em relação ao Governador Jayme Canet Júnior, porque eu converso com eles.

Sei o que pensam 3 dos 4 vereadores do MDB de Pato Branco, que não defenderam esta imprensa das críticas que a ARENA fez nas últimas sessões, e se calaram, porque viram que os representantes da Arena, majoritária, tinha toda a razão, e se revoltaram contra a forma de informar de forma errada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que se encontram nas galerias de honra da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Sr. Geraldo Pinto, Vice-Presidente de Céu Azul, o Sr. Nilo Deitus, ex-Prefeito de Céu Azul, o Sr. Adelar Panzianello, Presidente da Câmara Municipal de Planalto, o Sr. Hélio Rodhe, Presidente do Sindicato Rural do Município de Medianeira, todos se fazem acompanhar do Deputado Egon Pudell.

Também queremos anunciar a presença, nas galerias de honra, do Sr. Paulino Lustosa de Freitas, Sebastião Lustosa de Freitas, líderes políticos do Município de Tamandaré, que se fazem acompanhar do Deputado Jayme Carvalho.

Também com satisfação anunciamos, nas galerias, acompanhados do Deputado Gabriel Manoel, o Sr. Sebastião Bueno, Prefeito de São Sebastião da Amoreira. Igualmente anunciamos a presença do Sr. Adalberto Lopes, Prefeito de Boa Esperança, que se faz acompanhar do Deputado Augusto Carneiro.

A Presidência solicita licença do Sr. Deputado Trajano Bastos, para antes de lhe dirigir uma consulta, registrar com muita honra e satisfação, a presença na tribuna de honra dos Srs. Vereadores Ernesto Pilatte, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Adular Genza, Dimas Abreu, David Fernandes Miguel e Antonino Viganno.

Consulto à liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja usar o horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 23/77 de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 61/77, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS - MOLIVI", com sede na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 84/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL - APLUB", com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Pare-

cer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu já me posicionei, Sr. Presidente, quando fazia parte da Comissão de Constituição e Justiça, da qual renunciei.

Posicionei contrariamente à declaração de utilidade pública de uma entidade cuja sede e foro estão numa capital diversa da do Paraná.

Por esta razão, quero que V. Exa. deixe consignado meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consigna o voto de V. Exa e coloca em votação. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 105/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA" com sede e foro nesta capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 112/77, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE", com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., pro unanimidade. - APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 136/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "CRECHE LAR ESCOLA SARON", com sede na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 312/77, de autoria dos Deputados MUGGIATI FILHO e ACCIOLY NETO, que dispõe sobre as Sessões Extraordinárias, desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 83/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que altera o inciso III do Art. 130 da Lei no. 6174, de 16/11/70 (ESTATUTOS DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO), (Anexo o Projeto de Lei no. 47/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que versa sobre a mesma matéria). Pareceres da C.C.J., CONTRÁRIO às Emendas nos. 1 e 2, e Favorável a EMENDA SUBSTITUTIVA No. 03, da C.F., Favorável ambos por unanimidade. — Em votação a Emenda Substitutiva. — APROVADA, prejudicadas portanto, as demais emendas e o projeto original.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu peço a V. Exa., venha só aduzir, modestamente, que, com V. Exa. foi ponderada esta Emenda Substitutiva, da qual eu tenho a honra de ser também, o autor.

Era só para fazer este adendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência louva o trabalho desenvolvido por V. Exa., e os estudos exaustivos que V. Exa. fez em torno da matéria que se apresentou complexa, durante sua tramitação.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 92/76, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina "AVELINO VIEIRA" a Rodovia que liga Wenceslau Braz - Tomazina - Pinalão - Ibaiti e Lizímaco Costa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 120/77, de autoria do Deputado ENÉAS FÁRIA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 124/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 107/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em Comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 127/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que denomina "PROFESSORA BENEDITA ROSA REZENDE", a Unidade Escolar do Horto Florestal, da cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 134/77, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE SVERDI – PROPAGAÇÃO E CULTURA", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., com substitutivo geral, por unanimidade. - APROVADO, PELO SUBSTITUTIVO GERAL, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 137/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA SÃO BENEDITO CEPRHUSB, com sede na cidade de Apucarana, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 138/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS), de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 139/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública o "LAR ESCOLA RETIRO FELIZ", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 140/77, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARINGÁ", com sede na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 144/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 76/77, encaminhando anteprojeto de lei integrando como categoria especial na parte permanente os cargos efetivos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., com Substitutivo Geral, da C.F., com Emenda, ambos por unanimidade e da C.R.H., por maioria. APROVADO PELO SUBSTITUTIVO GERAL, QUE INCORPORA AS EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO. - ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 256/77, de au-

toria da C.C.J., Mensagem no. 67/77, ex-Proposição no. 389/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CIANORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 310/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 502/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Machado de Assis e Carlos Gomes. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 320/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 18/77, ex-Proposição no. 179/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 321/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 29/77, ex-Proposição no. 187/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de JANDAIA DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 340/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 65/77, ex-Proposição no. 387/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ARARUNA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 357/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 505/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar Stella Maris. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 360/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição 510/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUAPITÃ, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Escola de Aplicação Nilson Ribas, da sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 361/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 113/77, ex-Proposição 515/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1.a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 142/77, de autoria do

Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que institui normas disciplinadoras para declarar de utilidade pública entidades constituídas no Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, realmente, o projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, vem à propósito a pretensão do que já havíamos expandido aqui, em parecer das Comissões Técnicas.

No Paraná a única lei que previa a declaração de utilidade pública, foi de autoria do Deputado Léo de Almeida Neves, ainda em 61, que conferia ao Governo do Estado, autorização para declarar de utilidade pública. Seria mais uma subtração dos poderes que ainda restam ao Poder Legislativo, e foi numa hora oportuna que o Deputado Fabiano Braga Cortes avocou, novamente, para esta Assembléia, a deliberação de matéria relativa à edição de leis e, é justamente para fazer a minha declaração de voto, porque já era tempo de se editar uma norma disciplinadora das declarações de utilidade pública.

Porque o que se fazia, o que se tem feito até agora é levar a efeito estas declarações, com base numa Lei Federal de número 91, editada ainda em 1935, em pleno Estado Novo. Por esta razão, congratulo-me também com o Deputado Fabiano Braga Cortes, e voto favoravelmente a esta lei porque traz no seu último artigo a revogação das disposições em contrário. E isto quer dizer, a revogação daquela lei autorizativa para que o Poder Executivo declara de utilidade pública as Entidades que para lá forem encaminhadas.

Por esta razão, voto favorável ao Projeto, louvando a atitude e a iniciativa do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Em votação o projeto de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, no turno de 1.ª discussão, sob o no. 142/77. - APROVADO.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 132/77, oriundo da Mensagem Governamental no. 114/77, que trata do ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1978. Com Parecer da Comissão de Orçamento e Emendas. -

O SR. ANTÔNIO FACCI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. A Presidência sabe que não haveria necessidade para tanto, mas manda que de acordo com o Cap. IV, do Título III, do Regimento Interno, dando nova redação através de Resolução aqui aprovada, a decisão final da Comissão sobre as emendas, a menos que como já ocorreu, os membros da Assembléia requeiram por escrito ao Presidente a votação em Plenário, sem discussão da emenda proposta aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Portanto, V. Exa. terá regimentalmente o direito de falar, por sessenta minutos, sobre a Proposta Orçamentária, em si.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que a lei do texto constitucional que já limita os poderes deste Poder Legislativo, nós temos ainda, que mesmo sorridente, ouvir ainda a lembrança das restrições a nós impostas pelo Regimento Interno, desta Casa, na discussão da mais importante lei que passa por este Poder.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos na medida do possível discorrer aqui exatamente sobre a Proposta Orçamentária em seu todo, enviada a esta Casa pelo Poder Executivo, lembrando, no entanto, que o artigo 36 da nossa Carta Magna Estadual diz: "O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado pelo Governador e pelos Prefeitos à Assembléia e às Câmaras Municipais, respectivamente, até três meses antes do

início do exercício financeiro seguinte, sendo promulgado como lei se, até trinta dias antes do encerramento do exercício financeiro, a Assembléia ou as Câmaras Municipais não o devolverem para sanção.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariem o disposto nesta secção, as demais normas relativas à elaboração legislativa".

Sr. Presidente, o Poder Legislativo, pouco ou quase nada tem a fazer, a não ser tecer comentários sobre as pretensões do Governador durante a tramitação da Lei Orçamentária.

Mas, é justo que o Legislador use, como já disse aqui desta tribuna, do pequeno poder que lhe resta, para quem sabe um dia, ver restituído o poder que se pretende ter.

Este é o último dos orçamentos mandados a esta Casa pelo Sr. Governador, será por ele executado. Tendo em vista, que em 78 é o seu último ano de mandato. Portanto, nada mais justo que se verificar o que restou efetivamente, de realizações tendo como meta o homem, este Governo do Estado, em sua mensagem mandada a esta Casa em 4 de setembro de 75, encaminhando a Lei, o Projeto de Lei do Orçamento Plurianual de Investimentos, para 76/78, o Sr. Governador tece e explana todo o seu desejo, toda sua boa intenção em bem governar o Paraná.

E coloca aqui entre outros termos: "Na montagem desse documento foi consideravelmente aprimorada a metodologia voltada à prévia análise, discussão e avaliação das iniciativas pretendidas pelos diversos setores, com o objetivo fundamental de carrear recursos apenas às de maior prioridade e oportunidade, vulto suficiente para propiciar no mais curto prazo, o atingimento dos objetivos definidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os objetivos definidos deveriam constar com clareza, e como disse ele, não constam nenhuma de suas propostas orçamentárias. Estamos nos batendo desde a primeira vez, para que pudéssemos ao menos, vislumbrar neste volumoso projeto de lei, o que realmente pretende o Sr. Governador. Infelizmente, nunca chegamos a essas conclusões.

Basta se ver, por exemplo, numa parte em que ele se refere à agricultura. Diz ele:

"Coerente com o posicionamento de que o Governo do Estado do Paraná, manter-se-á ao lado de sua agricultura, apoiando pode ser notado um substancial acréscimo no Orçamento da Secretaria da Agricultura, responsável pela condução da política agrícola Estadual".

Realmente, nós tivemos durante este período um aumento de produtividade agrícola. Mas, se a meta é o homem, nós perguntamos: O que foi feito pelo Governo do Estado do Paraná, para que fossem mantidas as pequenas propriedades rurais, principalmente da Região Norte do Estado, responsável pelo desenvolvimento extraordinário do Paraná, e pela grande produção cafeeira deste Estado e desta Nação. O que vimos, foi o total alheamento do Estado, com referência à proteção do pequeno agricultor, vendo-o desaparecer, pouco a pouco, sem contar, nem nas peças orçamentárias que elucidam tão pouco e nem tão pouco na ação propriamente dita, com apoio necessário aos pequenos agricultores de minha região e desse Estado. Que foi desaparecendo e está desaparecendo pouco a pouco, deixando o Norte do Paraná de ser um exemplo para o Brasil e para o mundo, de como se faz uma verdadeira reforma agrária. Portanto, não cumpriu o seu desiderato, o Governo do Estado, neste período, que era de alcançar o homem, como seu objetivo principal. Porque o pequeno agricultor, população em maior quantidade de nossa região e de nosso Estado, está desprotegido e desaparecendo.

Vimos e continuamos vendo, pequenos proprietários rurais deixando suas terras, vendendo-as para o lavrador mais afortunado, seu vizinho. Mudando-se para a cidade de transformando-se, pouco a pouco, em bóias-frias, em marginalizados da sociedade.

Portanto, volto a repetir, neste capítulo, deixa o Sr. Governador de atender a meta principal a que se propôs, que era o homem. Porque este não foi atendido, não foi protegido e está cada vez mais marginalizado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em seus objetivos e metas de desenvolvimento, prossegue sempre o Sr. Governador a dizer: que pugnaria pelo desenvolvimento de vastas e de todas as regiões do Estado. Mas, anuncia aqui em seu tópico final: "Integração das Regiões do Litoral", Alta Ribeira, Região Noroeste, Região Oeste, Região do Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi, Norte Pioneiro e Centro Oeste".

Portanto, Srs. representantes do Norte do Estado, não há nenhuma novidade que deixe o Sr. Governador de atender aquela região e seus pequenos agricultores, porque em sua própria mensagem ele omitiu esta região. Ele omitiu a participação do Norte Novo e Novíssimo na integração estadual.

No que se fala em educação, vive-se o fato a existência, da lei 5692, procura-se uma solução para o ensino primário em nosso Estado. Primário básico, da primeira à oitava série. E apesar das construções que são inauguradas faustosamente, com festas e o deslocamento do Governo para o Interior, nós continuamos vendo pequenas localidades, pequenos municípios e principalmente sedes distritais sem a necessária atenção escolar, sem a necessária atenção pelo menos, do ensino básico necessário, para que a criança, ao mudar-se para a cidade, tenha a preparação mínima, para continuar seus estudos.

E vemos, por exemplo, a atuação que já foi meritória da CNC, que hoje queixa-se mesmo tendo o Secretário de Estado à sua Presidência e o Sr. Governador como Presidente de honra, que não recebe dotações estaduais.

E vimos municípios inteiros unirem-se para conseguir estadualizar as escolas, porque o Governo diz que lá já está sendo atendido por escolas particulares, e, portanto, não pode intervir o Governo neste aspecto.

Ficam as sedes distritais, sem atenção do Governo para implantação da reforma do ensino, porque diz que os distritos não são zona urbana e sem também atenção, dos municípios, porque entendem ser as sedes distritais zona urbana. E as notícias pela imprensa continuam a chegar e a fazer com que toda a população paranaense se estarreça, que escolas estão sendo fechadas.

Portanto, também neste episódio, não atendeu o Sr. Governador o seu desiderato, e ocorre, por exemplo, os fatos como até objeto de uma emenda de nossa autoria, rejeitado pela Comissão de Orçamento nesta Casa.

Há, na proposta orçamentária uma disparidade muito grande entre os recursos para a Universidade de Londrina, e a Universidade Estadual de Maringá, sendo que 150 milhões para Londrina, 60 para Maringá.

E nós obtivemos informações de fontes fidedignas que na proposta inicial da Universidade de Maringá, Secretaria da Educação e esta Secretaria de Planejamento, Maringá solicitava como participação do Governo Estadual em sua Universidade, a importância de 105 milhões de cruzeiros, para o exercício de 1978. Com a divisão proposta pelos técnicos da Secretaria da Educação, reduziu-se então, para 99 milhões de cruzeiros. No entanto, como a Comunidade Maringaense e toda a região entendeu válida uma luta pela implantação da Faculdade de Agronomia o Governo do Estado, quase que a título de castigo, reduziu de 99 milhões para 60 milhões de cruzeiros a participação do Governo do Estado àquela Universidade.

São números que identificam perfeitamente a falta de interesse do Governo na equidade das soluções dos problemas de nosso Estado, principalmente neste episódio da educação.

Mas, Londrina também, que havia pedido 120 milhões de cruzeiros e conquistados esses 120 milhões para a proposta Orçamentária, entendeu válido lutar pela Faculdade de Agronomia. Lutou e conseguiu e vejam a disparidade no aten-

dimento: Maringá ao conseguir a implantação e a criação da Faculdade de Agronomia, foi castigada, reduzindo-se 39 milhões de cruzeiros, a participação do Estado. Londrina ao ver criada a sua Faculdade de Agronomia junto à Universidade Estadual, viu-se brindada com mais 30 milhões de cruzeiros. De 120 alterou-se para 150 milhões de cruzeiros a participação do Estado junto àquela Universidade.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a nossa cidade que faz festa para o Sr. Governador, que a nossa cidade que pretende até o seu Prefeito através de um Decreto, mudar uma lei que denomina o Estádio Regional de Willie Davis para Governador Jayme Canet Júnior, recebe um castigo na dotação orçamentária de sua Universidade, da ordem de 39 milhões de cruzeiros, não do proposto, mas do consolidado pela Secretaria de Educação. E lá o Prefeito é da Arena. E lá, a maioria da Câmara é da Arena. Ao contrário, que Londrina o Prefeito é de nosso Partido, do MDB. Recebe de presente o maior do que pediu, 30 milhões de cruzeiros. Este é o tratamento que minha cidade está recebendo no Orçamento do Estado.

É o tratamento que minha terra está recebendo deste Governador tão festejado.

O Sr. Fideleino Tolentino — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento) Mas V. Exa. está sendo injusto,

tanto com Maringá como com Londrina. Eu não conheço bem a família do Ministro, mas me parece que segundo o que soube por pessoas ligadas à Faculdade de Londrina, é que lá tem um certo privilégio o Reitor, por ser parente do Ministro da Educação, naturalmente que teria que ter uma verba especial.

Aliás, eu gostaria que todos os reitores do Paraná fossem parentes do Ministro, porque com isto o Paraná seria contemplado com verbas abundantes, necessárias, para atender o ensino superior tão carente no nosso Estado do Paraná.

Eu só lamento que Maringá não tenha também um parente para receber as verbas que necessita.

Era só isto, Sr. Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, a afirmação de V.

Exa., infelizmente, não corresponde à realidade, porque Maringá, graças a Deus, não tem o genro do Ministro como Reitor. Tem o homem realmente voltado para os interesses das classes universitárias, que é o Professor Rodolfo Purpur, que, em luta pela federalização da Universidade de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa, o que o Reitor de Londrina declara o contrário, dizendo que não podem e nem devem ser federalizadas.

Vejam que este presente de grego Maringá não quer. Maringá quer, efetivamente, a federalização da Universidade para que nós possamos, isto sim, deixar de brigar aqui por verbas orçamentárias para Maringá, Londrina, Ponta Grossa, porque é um direito que o Paraná tem de ter mais universidades federalizadas e ver seus filhos, os filhos dos paranaenses, terem um acesso mais fácil aos cursos superiores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Proposta Orçamentária continua vindo a esta Casa nos moldes que o Sr. Governador e sua equipe de planejamento pretendem e aqui nenhuma modificação lhe é introduzida parte pela lei, e parte porque entendem os Srs. Deputados, a maioria desta Casa, que nós temos que dizer apenas o "sim" às Mensagens Governamentais sem repará-las em nada.

Já comentado por diversas vezes o Plano Rodoviário deste Governo. Inegavelmente, está atendendo às diversas regiões do nosso Estado. No entanto, seria justo que o Paraná continuasse aplicando tanto em rodovias, que o Paraná fosse conquistar no Exterior, me parece que chega hoje a 180 milhões de dólares de empréstimos que serão pagos a alto custo a um dólar que apenas em 78 já subiu, ou que o cruzeiro desvalorizou doze vezes em 10 meses.

Em vez de se estudar matérias de escoamento por via ferroviária mais urgente e mais fácil, e não ver-se uma Central do



Paraná paralizada, e não ver-se propostas orçamentárias que vêm aqui com sem número de estradas que não são construídas porque o Governo utiliza-se do eu outras, tão criticado mas que continuam nas propostas, e continuam, efetivamente, participando do corpo desta lei.

Vejam, por exemplo, que nas páginas 376 e 377, vem o enunciado programático das estradas e um tópico, separado apenas por um ponto final, que, se deduz que as estradas serão construídas com recursos próprios do Estado; mas não diz quanto vai aplicar o Estado, dos seus recursos próprios, na construção das rodovias paranaenses.

E em seguida, outro sem número de estradas com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e aí, o valor global: 3 bilhões, 98 milhões e 520 mil cruzeiros.

Será que a Secretaria do Planejamento do Estado, que a Secretaria de Finanças, que a Secretaria de Transportes não estão aparelhadas para produzir, na Mensagem Governamental, a informação a esta Casa, de quanto o Paraná vai aplicar em seus recursos próprios, e quanto vai receber de empréstimo no corrente exercício?

Nós não acreditamos!

O que parece existir realmente, é o desejo de relegar os Srs. Deputados a um segundo, ou quem sabe, a terceiro ou quarto planos.

Ainda falando sobre estradas — já comentamos aqui — o Governo tem, dada a flexibilidade que lhe dá um dos artigos da lei votada no ano passado, ou melhor, não, votada, aprovada por decurso de prazo porque esta Casa, ao debater a peça orçamentária, não chegou a votá-la, a possibilidade de suplementar verbas de uma, para outra dotação, sem a participação deste Poder Legislativo. E me parece que o Parecer do Deputado Egon Pudell foi pródigo, ao dizer "que as emendas do Deputado Enéas Faria não poderiam ser aceitas, porque o Governo precisa desta flexibilidade, porque o Governo não pode e nem deve recorrer à Assembleia, para mudar o seu plano de obras".

Assim nós vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda não concluído o plano proposto no programa do Governo, e outras estradas sendo contratadas. Isto é, acima de tudo, desrespeito a esta Casa, isto é, acima de tudo, a falta de atenção que se dá ao Poder Legislativo. Mas também há outras implicações nesta vontade do Governador, em fazer estradas e mais estradas; trechos de estradas paranaenses — e vou citar um, Bom Sucesso Jandaia do Sul, pertencentes a uma rodovia federal, que deveria, portanto, o Governo do Paraná, brigar e lutar junto ao Governo Federal para aplicar dinheiro nesta área, são encampados pelo Governo do Estado, e aplicado mais dinheiro paranaense em cima de obras que deveriam ser buscados, os seus recursos, na área federal.

São nossas lendas, Sr. Presidente, Srs. Deputados; é a nossa gente pagando e não obtendo retorno; é nossa gente que, desejosa de progresso, até faz festa, quando recebe uma estrada asfaltada mas, sem saber eles que, poderiam, perfeitamente, ter aquela estrada asfaltada, também, com recursos federais porque faz parte do II PND, sem aplicação de recursos paranaenses; sem que nós tivéssemos que arcar, mais uma vez, com todas essas despesas.

Dentro da perfeição técnica da Mensagem Governamental, pouco, ou quase nada, pode o Poder Legislativo ou o legislador encontrar erros, encontrar defeitos ou encontrar fórmulas de criticar. Não precisa ser técnico; apenas, precisa ser um pouco curioso para encontrar falhas na Proposta Orçamentária. Vou me referir à parte da Lei 4.320, numa edição comentada e, mais precisamente, à Portaria número 9, de 28 de janeiro de 1974 do Ministério do Planejamento.

Diz aqui, o item 8º — O oitavo dígito será um ou dois, conforme o que se seguir no programa de trabalho, por projeto ou atividades, respectivamente. Então, nós teríamos que encontrar na Proposta Orçamentária, sempre, para dividir com mais

facilidade o que é projeto, o que é atividade, o que seriam aplicações do Estado, nos números códigos. E encontramos aqui na administração geral do Estado, na página 200, da Proposta Orçamentária: — Código 2301.07401832; portanto, atividade. E diz no enunciado programático, vejam a contradição — atendimento a projetos, quando o código faz referência a atividades. E, mais para frente "e atividades especiais". E prossegue o enunciado a dizer "atender, através de amplo apoio financeiro, os projetos e atividades que apresentem, no decorrer do exercício financeiro, insuficiência de recursos ou cujas despesas não foram previstas no programa dos diversos órgãos estaduais. Promover o pagamento do pessoal em disponibilidade, dar subvenções assistenciais e doações financeiras concedidas pelo Governador.

O Sr. Valter Pietrângelo — Ao final, peço ao Sr. Deputado que me conceda um aparte.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe concederei.

Portanto, é uma fórmula encontrada pelo técnico de colocar junto à Administração Geral do Estado, uma importância de Cr\$ 130.900.000,00 para que o Sr. Governador aplique como bem entender, do que quer que seja. E nessa dotação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns Deputados e, entre eles me incluo, entendendo ser legal e constitucional a apresentação de emendas, apresentaram emendas que foram todas rejeitadas pelo voto de minerva na Comissão de Orçamento.

Dou o aparte ao Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Agradeço ao Deputado Antônio

Facci, em me conceder este aparte. Eu entendo, Deputado Facci, que a Proposta Orçamentária é uma lei que nunca deveria vir à consideração do Poder Legislativo. Ela poderia ser simplesmente elaborada pelo Poder Executivo, e em seguida, sancionada sem mesmo o estudo, o debate da parte legislativa, porque efetivamente quanto a lei não tolhe a manifestação do Parlamentar, a manifestação do Deputado, esbarra na intransigência dos companheiros que detêm a maioria na Comissão de Orçamento.

Era exatamente nesse capítulo último que V. Exa. se referiu, e outras finalidades para as tais e quais o Sr. Governador disporá à sua alta recreação em mais de 100 milhões de cruzeiros, que a Comissão Especial que analisa o problema do menor, por orientação técnica do corpo técnico responsável, nesta Casa, pela elaboração da Proposta Orçamentária, propôs as suas 3 emendas rejeitadas pela maioria da Comissão.

Mas, Deputado Facci, V. Exa. demonstra desta tribuna, quão seria benéfico, excelente sob todos os aspectos ao Poder Público, se a lei não fosse tão drástica, tão abrangente no setor orçamentário e impedir o trabalho legislativo.

Não se há estímulo nem mesmo para se estudar a lei mais importante do Estado. Estudar para que, se o Deputado não pode se manifestar por manifestação injurídica ou por imposições políticas insensíveis.

Sr. Deputado, quero deixar o meu testemunho de reprovação, de estranheza e de revolta por esta atitude que vem a prejudicar de uma forma tão brutal o ensino universitário de Maringá. Estou sabendo, neste instante, desta barbaridade, Sr. Deputado Facci, quando no nosso Orçamento a parte destinada a Maringá, conforme V. Exa. informou, cai de 99 milhões de cruzeiros para 60, assim que a nossa Instituição conseguiu o seu curso de agronomia.

Quando em Londrina, e vai aqui a nossa satisfação por Londrina, de 120 milhões ela sobe para 150, e quando aquela Universidade conquista um novo curso.

Quanto ao desejo de não informar, o Sr. Deputado, manifestado pelo Poder Executivo e que tem encontrado amparo nesta Casa, é lamentável. Eu acho até que um requerimento firmado por nós, que pretende informações de esclarecimento pela moral, pelo bem do Poder Público do Paraná, que está em pauta nesta Casa, deverá ser rejeitado, porque não há o desejo de infor-



mar. Há alguns dias, nesta Casa, quando nós pretendíamos questionar a Rede Ferroviária Federal, solicitando informações que nos esclareça o que acontece na Rede Ferroviária Federal, especificamente no trecho Central do Paraná, porque não é possível mais, que após quase três anos de inauguração apesar de haver nascido completamente obsoleta, a Central do Paraná continue desservindo o Estado, desservindo o Brasil. E até agora, Sr. Deputado, sinceramente, desconheço as razões que levaram a bancada da ARENA a rejeitar a nossa solicitação. Porque a par do transporte ferroviário que precisa ser estimulado e desenvolvido, é necessário que a Rede Federal, tenha trens de passageiros para servir os doentes, os indigentes, o pessoal que sofre nesse Estado, e para nos servir também.

Porque o transporte ferroviário é acima de seis vezes mais barato do que o rodoviário.

Não é possível se entender, uma negativa nestes termos. V. Exa. falou no transporte ferroviário, ao criticar a política rodoviária estabelecida pelo atual governo. Essa história de casca de ovo e rodovias de baixo custo, nós sairemos efetivamente a avaliá-las, depois que passarem as eleições. Tenho certeza que para suportar o ano eleitoral, elas terão a devida consistência.

Finalmente, Deputado Antônio Facci, desejo enfatizar a V. Exa. a minha alegria por vê-lo na tribuna, discutindo com amplos conhecimentos, a Proposta Orçamentária para 1978, do nosso Estado do Paraná.

E queira, Sr. Deputado, que o nosso Poder Legislativo possa em futuro não muito distante, adequar de forma tal, a nossa Legislação, no sentido de que possam os parlamentares do Brasil, exatamente, com reconhecida e devida assessoria técnica, poderem com as suas inteligências, aprimorar os orçamentos públicos desta Nação. Porque da forma como está, não se é possível mais aceitar.

E ainda, Sr. Deputado, para terminar; ao estranhar a rejeição de algumas matérias nossas, à Liderança da ARENA e à bancada do Partido do Governo nesta Casa, um posicionamento totalmente pessoal, contra as iniciativas deste Deputado. Porque outra forma não haveria para se explicar a rejeição da matéria a que me referi, e a outras, quando nós, de uma forma grotesca, fomos nesta Casa taxados de deputado que poderia ter e haver, problemas pessoais com tantos e quais companheiros. E ainda, ressaltar, Sr. Deputado Facci, que não podemos aceitar, nas nossas emendas, a qualificação de emendas eminentemente de interesses políticos e eleitoreiros. Pois elas foram elaboradas exatamente de um debate criterioso e amplo que nós efetuamos no ambiente daquela Comissão, com o Dr. Newton Bley, que é um missionário do trabalho que exerce à frente do Instituto de Assistência ao Menor.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Sr. Deputado Valter Pietrângelo, a luta para que o Poder Legislativo possa ter maior participação não apenas na votação da proposta como ela vem, e nem somente depois da fiscalização dos seus números, ela tem realmente que ser quase que encetada. Porque poucas vozes são levantadas a esse respeito. Folheando alguns trabalhos referentes ao Orçamento, verificamos já que no trabalho corroborando com a opinião de V. Exa. num trabalho apresentado sob o patrocínio da CIPE, com a colaboração Venezuelana de Orçamento Público, realizado em Caracas, está aqui uma opinião a respeito disso que até fiz questão de grifar porque realmente demonstra que não é de hoje que se procura, fórmulas, de deixar, infelizmente, o legislativo à parte disso, porque diz: “Nos primeiros anos de 50, em relação à despesa pública do Governo, e ao que se considera o controle legislativo, e considerava o controle legislativo em decadência, que permitisse o cálculo e apresentação dos custos das atividades do Governo e suas realizações, esse movimento levou à introdução do Governo, de técnicas orçamentárias na execução, o que quer dizer fórmulas para que nós deputados, para que nós perten-

centes ao Poder Legislativo, tivéssemos cada dia mais e mais dificuldades de acesso à programação orçamentária governamental.

O Sr. Gilberto Carvalho – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, agradeço a atenção de V. Exa.. A maneira com que V. Exa. analisa o orçamento para 78 e o cuidado que tem, Sr. Deputado, mas eu não entendi quando V. Exa. fez referência, à valorização do homem, de que este governo não se preocupa. Não sei se se construir estradas, possibilitando que nossos agricultores possam escoar a sua produção, sem acontecer o que vinha acontecendo antigamente: se colhia o feijão ou outro cereal, não tinha condições nem de chegar à sede do seu município. Hoje, com os convênios pró-safras, possibilita aos Prefeitos, ter acesso à sede do município e do município, às estradas vicinais, ligando as estradas tronco. Nós estamos vendo hoje, nos nossos municípios, uma ajuda que tem recebido do Governo pró-safra, possibilidade dos Prefeitos, além de atender com o pró-safra as estradas mestradas, fazendo o cascalhamento até dos carregadores, não sendo mais preciso, até nas campanhas, que se preocupe com o elemento principal, o jipe para a campanha.

Hoje, com qualquer condução, em qualquer parte do Estado nós podemos nos locomover.

V. Exa. falou na Central do Paraná, que hoje está entregue ao Governo Federal.

Portanto, cabe ao Governo pensar em outras obras de interesse do Estado, que é a pavimentação, e o Norte do Paraná tem recebido e está recebendo. V. Exa. fez referência à Jandaia/Bonsucesso. A estrada BR-369. Nós lutamos tanto, há mais de 10 anos, quando Prefeito daquele região, várias vezes fomos à Brasília lutar para que concluíssem aquela estrada, iniciada pela C.R. Almeida, naquela época. Mas, infelizmente, a nossa força foi menor do que a de Maringá que conseguiu que fossem desviados recursos daquela estrada, dando prioridade à estrada Maringá-Campo Mourão, e nós ficamos em segundo plano.

Mas, com este trabalho o Governo do Estado, ligando Engenheiro Beltrão à Quinta do Sol, e Quinta do Sol à Fenix, Fenix à S.J. do Ivaí e S.J. do Ivaí à BR-272, ligando o entroncamento a S. Pedro do Ivaí-Bonsucesso, era justo que viesse também o interesse da conclusão daquele trecho Jandaia do Sul-Bonsucesso, porque os moradores daquela região não querem saber se traz a marca federal ou estadual, querem a conclusão da estrada.

E nós estamos lutando hoje, Sr. Deputado, para que o Governo Federal aplique recursos naquela região, na 272, da parte do Porto a Campo Mourão, vindo atender aquela região.

Não justifica mais hoje que o Governo Federal conclua a 369 porque teria que passar pelo Porto Real-Quinta do Sol quando já foi ligado por outros trechos.

O que eu estou sentindo é que V. Exa. não julga como atendimento ao homem estas estradas que tantos benefícios trazem e as hidrelétricas que possibilitam a construção de mais indústrias e mais empregos.

No setor de ensino as salas de aulas que vêm sendo construídas, não sei se isto não é valorização do homem. O Governo está lutando em todos os setores, Sr. Deputado.

V. Exa. estudou muito. Vi que V. Exa. estudou bem esse Orçamento, mas o Governo não está alheio à Universidade de Maringá ou de Londrina ou de Ponta Grossa, e na hora oportuna, eu tenho certeza que acontecerá aquilo que nós pretendemos.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Deputado Gilberto Carvalho, causamos estranheza a posição de V. Exa. quando diz que não importa se os recursos sejam estaduais ou federais, o que importa são as estradas, quando nesta Casa está em pleno andamento uma CPI da desparanização, estudando exatamente esta falha,

esta falta de Liderança de um dos homens de nosso Estado, em reivindicar junto ao Governo Federal os recursos a que nós temos direito.

Não devemos e não podemos, sob pena de perdermos sempre para outros Estados da Federação, os recursos federais. Concluir obras pertencentes ao plano federal, com recursos próprios, com recursos nossos, com recursos de nosso Estado.

V. Exa. diz que a Universidade de Maringá, a seu tempo receberá por certo os benefícios do Governo do Estado. E nós já lutamos por um ideal maior, que não é o do Paraná, que é dos seus filhos, é de nossas crianças, é para que o menino de Maringá e de toda região possa frequentar uma Universidade, que é a federalização da Universidade de Maringá.

Nós não podemos esperar ou ficar aguardando Sr. Deputado, que a nossa Universidade, que a nossa cidade, esteja representada, aqui nesta Casa ou lá em seu meio, por homens influentes junto ao Governo, para conseguir recursos de última hora.

Nós temos que ter é seriedade nos planejamentos, nas dotações e não impingir-se à Maringá um castigo por sua comunidade lutar por uma escola, e beneficiar-se Londrina porque conseguiu a mesma escola com as mesmas importâncias.

Sr. Deputado, a participação de seu aparte foi deveras lamentável. Não me parece que eu esteja em frente a um homem paranaense ou paranista, porque a busca de recursos federais precisa ser a marca e o objetivo maior de todos os homens deste Estado, para que não estejamos a ver o Rio Grande do Sul, quando teve seu Ministro de Educação, ver cinco Universidades suas federalizadas, e o nosso Estado ao ter o Ministro de Educação como padrao, não como companheiro. Não federaliza nenhuma de nossas escolas.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quando eu disse que a nossa esperança de que nós alcançaremos este objetivo que é da federalização, não quis dizer em Governo do Estado. A federalização que nós lutamos. Talvez não chegou a hora, mas tenho a certeza que chegará e alcançaremos este objetivo. Se o Governo Federal deixou de asfaltar Jandaia a Bonsucesso, que já não tem sentido dado ao volume de estradas que se constrói naquela Região e com os benefícios que está recebendo do Estado, não quer dizer que o Governo Federal não aplique em outro local dentro do Estado do Paraná, como vai aplicar, na 272, que é importante para a nossa região.

Muito obrigado.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. me permite um aparte? O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe darei.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, na mensagem do plurianual de investimentos, o Governador salienta: confiro particular destaque ao fato de que a tônica da ação do Governo ao implementar medidas modernizantes das estruturas organizacionais do setor público, implicando na geração de uma série de mecanismos indutores, traduz a filosofia de uma das minhas principais linhas de orientação, qual seja, a de reduzir substancialmente as despesas de custeio.

Será que a redução de despesas e custeio implicam na defasagem nos vencimentos do funcionalismo público estadual a que estamos vendo?

Observa-se que um grande percentual me parece que mais de 50 por cento dos funcionários públicos estaduais, mesmo com grande tempo de serviço, não percebem mais do que o salário mínimo.

É esta medida necessária para a diminuição de despesas de custeio, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

E onde está a meta homem?

Eu já disse meu parecer. Estamos trabalhando neste Estado com o Homem, e não para o Homem.

Tem o aparte, Deputado Fabiano Braga Cortes.

O Sr. Fabiano Braga Cortes —Prezado Deputado, agradeço o

aparte que V. Exa. me dá. No que tange à menção de que V. Exa. estava tachando o Ministro da Educação de padrao do Paraná, ...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Em relação, Sr. Presidente, ao Ministro que federalizou cinco universidades do Rio Grande do Sul sendo gaúcho.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — Certo.

Eu devo lembrar a V. Exa. que o Ministro da Educação, em termos do Paraná, V. Exa. deve estar acompanhando o volume de verbas que o Ministério da Educação tem carregado para o nosso Estado do Paraná, principalmente pensando no ensino de primeiro e segundo grau. E sabe V. Exa. regido por um Conselho Federal, que não basta só o Ministro vir a querer formalizar uma Universidade que o Ministro tem poder para fazê-lo.

Pois existe o Conselho Federal de Educação constituído de homens técnicos em educação, com mandato, e o Sr. Ministro, Ministro Ney Braga, pode somente indicar um membro efetivo do Conselho Federal, que é o Dr. Jucundico Furtado.

E outros elementos lá, são elementos com mandato e o Ministro está subordinado à decisão deste Conselho para a federalização de universidades.

E V. Exa. fala em Maringá. Eu falo que o Ministro, que o Governo Federal, deveria federalizar todas as universidades do Paraná, e do Brasil inteiro, e deveria também criar em cada sede de micro-região uma universidade.

Pergunto à V. Exa. que tem bom senso, que eu respeito e admiro, se, o Ministro, sendo paranaense como é, filho desta terra, não teria vontade de federalizar todas as universidades do nosso Estado? Porque a verba e o dinheiro não saem do bolso do Ministro, é verba do Governo Federal, e verba do Governo Federal tem planejamento, nobre Deputado, V. Exa. sabe que o Governo vive, de planejamento, vive de orçamento. Não seria possível, não seria concebível V. Exa. imaginar que o Sr. Ministro da Educação não haveria de querer federalizar a faculdade, ou, criar, ou federalizar a Faculdade de Maringá. Pelo amor de Deus, Deputado! Conheço V. Exa., conheço os sentimentos de V. Exa., conheço sua inteligência, assim sendo, V. Exa. há de saber que se o Ministro pudesse ou puder tudo fazer pelo Paraná, faria, e fará, como está fazendo.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, querer é poder, para quem pode. E o Sr. Ministro pode! Tanto, que ...

Sr. Fabiano Braga Cortes — Pelo amor de Deus, Deputados!

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... estamos a ver, a verificar que as principais áreas econômicas, Banco do Brasil, INPS — que é social mas mais poderosa — Caixa Econômica, são, todas, dirigidas por homens de absoluta confiança do Sr. Ministro da Educação, o que demonstra força! E querer, como eu disse, é poder.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados o que fez o Governo do Paraná para também proteger este excedente de mão-de-obra rural que veio para a cidade, lutar com sua vida, porque lá na zona rural não encontrou o apoio necessário?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta, mas o tempo concedido a V. Exa. está esgotado, e lhe concede mais dois minutos dos 60 minutos para os quais V. Exa. foi autorizado, para as suas conclusões.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço, Sr. Presidente, e lamento profundamente não poder dar um aparte ao nobre líder da ARENA, que me havia solicitado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Meu aparte seria brevíssimo, Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Então eu terei a honra de lhe conceder o aparte.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado, Deputado.

Apenas eu queria chamar a atenção de V. Exa., para o seguinte:

Que vejo, com admiração, que os nobres Deputados do

MDB, quando criticam e verberam a falta de possibilidade de o Poder Legislativo interferir no procedimento legislativo relativo à votação orçamentária, não fazem nenhuma referência à Lei 4.320, que foi terrivelmente restritiva com relação à participação do Legislativo. E esta Lei, nobre Deputado, é exatamente do dia 17 de março de 1964, quando era Presidente da República o Sr. João Goulart e quando o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático tinham maioria no Congresso Nacional.

De maneira que, não é inovação na legislação brasileira, as restrições que se impõem ao Poder Legislativo, no que diz respeito à sua participação no procedimento orçamentário.

O SR. ANTÔNIO FACCI — V. Exa. me permita, o tempo é restrito.

V. Exa. não foi feliz na participação, porque, nós acabamos de ler, inclusive, um trabalho apresentado em Caracas, num Seminário sobre Orçamento, que diz que esta dificuldade vem desde a década de 50, e quando nos referimos à Lei 4.320, nós o fizemos, dizendo das restrições que ela impõe. E em 1964, eu não pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro, mas, sim, ao Partido Democrático Cristão, e venho a esta tribuna para dizer, nesta oportunidade, que, sou opositorista e não, saudosista. Eu não sou saudosista!

Nós estamos a dizer, aqui, que, na época de João Goulart...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não estou colocando uma comparação nesses termos, estou, apenas, estranhando que,

quando se acusa a legislação vigente de restringir o Legislativo, não se traga, à colação, de que a Lei 4.320 é oriunda do tempo em que se vigia uma democracia tida e havida como liberal.

Era apenas este registro que eu desejava fazer, e, finalmente, para dizer a V. Exa. que, estou convencido de que a sua emenda, em que pede a exclusão da expressão "e outras", é inconstitucional, que seria tema para outra sessão, e, finalmente, apenas para ressaltar a V. Exa. que os cadastros descritivos nos anexos da lei orçamentária, na realidade, não fazem parte da lei. De maneira que, onde está a expressão "e outras", na realidade, é apenas material descritivo e essa expressão não altera a lei.

(TÍMPANOS).

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, para encerrar, realmente, o Deputado Valter Pietrângelo, quase tem razão quando diz que as discussões tornam-se desnecessárias e temos, aqui, o manual da FAMEPAR, distribuído, nesta semana, para todas as Câmaras Municipais e para os Srs. Deputados, que diz aqui — Assim, tanto faz a ausência de deliberação no pré-estabelecido, como a rejeição do projeto, em qualquer dessas hipóteses, o Poder Executivo pode promulgá-lo por lei, pois não foi devolvido, no prazo, para a sanção.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Erra a FAMEPAR, Sr. Deputado; na minha opinião, erra a FAMEPAR, em seu parecer. O Poder Legislativo pode aprovar e rejeitar.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Mesmo rejeitando, pode, por decreto...

O Sr. Luiz Roberto Soares — A opinião da FAMEPAR, lamentavelmente, não tem bom embasamento jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 132/77.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para conhecer da Mesa que rito pretende adotar na tramitação desta matéria. Estamos em discussão, me parece, anuncia V. Exa., exclusivamente do projeto, excluídas as emendas. Gostaria de saber de V. Exa., como se processará a discussão das emendas, de como se processará a votação de toda a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa

o eminente Deputado Enéas Faria.

Inicialmente, a Presidência está ao pé da letra, cumprindo o que determina o Artigo 70, que trata do rito da votação.

O Art. 70 da Resolução número 17/67, que deu nova redação ao Capítulo IV, do Título III, do Regimento Interno.

E, todavia, a Presidência observa, também, o que estatui o parágrafo único do art. 172 que completa o que, regimentalmente, estatui a resolução. A Presidência informa, detalhando — Art. 70, da Resolução 17/67 — A decisão da Comissão sobre as emendas é final ... (lendo) ... na Comissão do Orçamento."

Verifica-se que no art. 172 do Regimento Interno, § único, o Regimento Interno dispõe — "As proposições não sujeitas à discussão, não admitirão encaminhamento de votação".

Isto posto, encerrada a discussão do Projeto de Lei número 132/77, a Presidência colocará em votação o Projeto de Lei número 132/77, oriundo de Mensagem Governamental número 114/77, que trata do Orçamento e Programa Anual do Estado, referente ao exercício de 78, com Parecer da Comissão de Orçamento. Todavia, ressalvadas as emendas cuja votação em Plenário foi requerida na forma que do que dispõe a Resolução 17/67. Portanto, em votação o Projeto de Lei 132/77, ressalvadas as emendas, cuja votação em Plenário foi regimentalmente requerida.

O SR. ENÉAS FARIA — Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Entendo que até aí vai bem, V. Exa., que segue escorreitamente a interpretação do dispositivo regimental. Preocupa-me, Sr. Presidente, outro dispositivo de ordem regimental. Não se estabelece rito especial, procedimento especial para a discussão e votação do Orçamento. É lei ordinária. Deve, portanto, sujeitar-se ao que dispõe o Regimento Interno para a discussão e votação das Leis Ordinárias.

Estamos hoje, Sr. Presidente, em segundo turno, em segunda discussão. Portanto, impõe o Regimento e não vi nada que obstasse isso, impõe o Regimento que se discuta e se vote artigo por artigo, o Projeto que está em pauta.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, é de uma clareza cartesiana e meridiana o entendimento de que a votação das emendas não comporta, nem discussão e muito menos encaminhamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Não discuto isso. Eu concordo com a Presidência. Está correto o entendimento da Presidência.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. está propondo que esta lei se votasse como se lei ordinária fosse, com todo aquele rito que não é o estabelecido para projetos orçamentários.

O SR. ENÉAS FARIA — A votação, eminente Deputado, desde que o Regimento dispõe que matéria não admite discussão, não admite encaminhamento de votação. Perfeito. Está no Regimento. Mas está no Regimento também de que em segunda votação se discuta e se vote artigo por artigo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Está no Regimento também para tratar de outra matéria que não seja o Orçamento. Evidente. Porque se há uma Resolução própria para normatizar a tramitação do Orçamento, a Resolução número 17/67, é evidente que esta é a que deve ser seguida. Evidente, inclusive porque é posterior a disposição regimental que invoca V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a Resolução 17/67, trata da tramitação do Orçamento, nesta Casa. O artigo invocado, o 70, da Resolução, trata exclusivamente do proble-

ma de emenda e não faz referência a mais nada. A Resolução também não especifica, também não trata de como deva ser o procedimento de votação nas suas subseqüentes datas, a não ser quando trata e impõe o interstício de 48 horas em cada uma delas, diversamente portanto, das demais matérias.

Mas, Sr. Presidente, me parece que vale como regra e norma o dispositivo contido no artigo 146...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está em condições de responder a questão de ordem que V. Exa. levantou.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu pretendo aduzir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pois, não.

O SR. ENÉAS FARIA — O artigo 146, do Regimento Interno, porque a Resolução não trata da matéria e nada específica, o artigo 146, estabelece como se deva proceder a votação e discussão em segundo turno, e mais, Sr. Presidente. É matéria consagrada, pela tradução nesta Casa, porque ano após ano tem sido, em segunda discussão, votada artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência estava procurando, fazendo justiça, responder a questão de ordem de V. Exa.

Realmente, V. Exa. tem respaldo no que estatui o Art. 146, do Regimento Interno, salvo se qualquer dos Srs. Deputados usar o que faculta o § 1º, do Art. 146.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela Ordem). — Sr. Presidente. Melhor entendido agora, a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Enéas Faria, esta bancada nada tem a opor, e requer a V. Exa. de que a votação se faça por grupos de artigos, se não estou enganado, são 14 os artigos que compõem o Orçamento.

Nós poderemos fazer a votação dos primeiros sete e dos segundos sete.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Respondendo a Questão de Ordem do Deputado Luiz Roberto Soares, decide a Questão de Ordem.

Tem respaldo o requerimento que, em Questão de Ordem, faz à Mesa, o Sr. Deputado, Líder da ARENA, quando se lê no § 1º do Artigo 146:

"Quando um projeto tiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções, ou grupos de artigos."

Realmente...

A Presidência confere a palavra ao Deputado Enéas Faria. O SR. ENÉAS FARIA — O Regimento possibilita evidentemente a qualquer Deputado, e com mais propriedade, ao eminente Líder da ARENA, que proponha, e até aceitaremos, se S. Exa. entender de propor, a votação por grupo de artigos, por títulos Capítulos como queira, S. Exa. Apenas, eu preciso que se observe, Sr. Presidente, com um pouco de seriedade. O projeto contém 14 artigos, S. Exa. arbitrariamente, S. Exa. separa em grupos e artigos, os sete primeiros ou os sete últimos, ou o primeiro com o terceiro, o quinto... porque é preciso que se obedeça, um certo critério, é preciso que o grupo de artigos, tenha entre si, afinidade. Que se vote Artigo por Artigo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. deveria apresentar uma outra proposta...

O SR. ENÉAS FARIA — Esta é a proposta regimental.

Eminente Deputado, eu não sou contra a intenção de V. Exa., desde que V. Exa. agrupe esses artigos por afinidade.

Porque vejo inclusive, uma dificuldade, Sr. Presidente. Porque temos emendas modificativas, supressivas e de toda ordem.. E como se fará para votar englobadamente, indiscriminadamente, como quer o eminente Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa., Deputado: pretende com respaldo na Resolução que alterou dispositivos do Regimento Interno, colocar em votação o Projeto de Lei número 132/77, todavia, ressalva-

das as emendas, cuja votação em Plenário foi requerida, porque as emendas serão objetos...

O SR. ENÉAS FARIA — A Mesa só pode fazer isso de ofício.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem respaldo onde se situar.

A Presidência confere a palavra a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para colaborar com V. Exa. Quero convalescer mais nos bancos desta Assembléia, Sr. Presidente, e é justamente para oferecer uma sugestão à Presidência, no sentido de colaborar. Vejo que a ARENA tem uma maioria esmagadora. Acho que nada impede que V. Exa. acolha a pretensão do nobre Deputado Enéas Faria, porque evidentemente até pela forma com que está sendo posta a questão a Oposição vai perder, Sr. Presidente.

E eu faço esta sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tão somente deseja, por favor, situar-se. A Presidência, regimentalmente, está colocando em votação, Projeto de Lei número 132/77. Claro está que a Presidência levará em consideração o que em última instância o Plenário decidir sobre a votação.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — É inaceitável, Sr. Presidente.

Tem de se aceitar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está no restrito cumprimento do Regimento Interno.

A Presidência quando foi cobrada sobre de que maneira colocaria à consideração do Plenário, as emendas, cuja votação em plenário foi regimentalmente requerida, a Presidência foi clara, colocará emenda por emenda.

Esta posição até agora.

O Sr. Enéas Faria — Se a emenda é subversiva, como pretende V. Exa. aprovar o artigo, para depois aprovar a emenda?

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem). — Sr. Presidente, me parece que as duas partes têm uma certa dose de razão.

O Sr. Líder do Governo, Deputado Luiz Roberto Soares, requer, respaldado no parágrafo 1º do Artigo 146, que a Mesa faça a votação por grupo de artigos.

O nobre Deputado Enéas Faria, baseado no artigo 146 do Regimento Interno, requer que se faça artigo por artigo, que assim determina o Regimento, para as votações em segundo turno.

Indago da Mesa, qual seria o comportamento da Mesa, para atender o requerimento do nobre Deputado Luiz Roberto Soares?

Ora, o Orçamento, basicamente, pode se dividir em 3 itens: artigo 1º, que estima a receita; artigo 2º que fixa a despesa e o artigo 7º que autoriza o Poder Executivo, à abertura de créditos suplementares. Fora disso, nada mais é importante, no Orçamento. Data vênio o entendimento dos nobres Srs. Deputados do MDB.

Mas acho que o fundamental numa proposta orçamentária é exatamente a receita, despesa e autorização para abertura de crédito suplementar. Então V. Exa. pode, perfeitamente submetê-lo ao plenário, atender o requerimento do líder, que pede que seja por agrupamento de artigo. Isto é, artigo 1º, artigo 2º e subseqüentes e mais o artigo 7º, e subseqüentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja esclarecer ao eminente Deputado Enéas Faria.

Claro está, que submetendo a votação por grupo de artigos, como regimentalmente requer o Deputado Luiz Roberto Soares, havendo sobre eles, emenda que possa modificar a essência de qualquer dos artigos, a Presidência colocará em votação o grupo dos artigos que tais, e tais, ressalvada a emenda número tal que substitui, que modifica ou que altera a redação.

Votado aquele grupo de artigos, em seguida, colocará em

votação a emenda que trata de modificar aquele dispositivo. Este seria e é e será o procedimento regimental. Que aliás as emendas, apenas duas a emenda 10, pretende modificar o artigo 8º e a emenda 12 pretende suprimir o artigo 8º e a emenda 11 que modifica o artigo 4º do projeto em si. E também a emenda número 19 que dá nova redação ao artigo 7º.

Claro está que a Presidência terá o cuidado de ser votada a matéria, por grupo de artigos, ressaltar as emendas que possam modificar a sua redação colocando em seguida a votação determinado grupo de artigos, uma ressalva à emenda que lhe dá nova redação ou que suprime a matéria constante da lei.

Sobre a Mesa, requerimento que a Mesa vai colocar em votação. (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a votação do Projeto de Lei número 132/77, em 2 (dois) grupos de artigos.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1977."

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, quem sabe, talvez, aceitaria uma sugestão, o nobre Líder da ARENA, para aduzir no seu requerimento? Que se votassem dois grupos de artigos: primeiro grupo, do primeiro ao décimo-terceiro e o segundo grupo, o décimo-quarto. Assim facilitaria a visão de S. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. levou o prêmio humor, 1977, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência coloca em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

APROVADO o requerimento.

Em votação...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência colocará em votação e em seguida lhe concederá a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. encerrou o processo de discussão...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). ...

O SR. ENÉAS FARIA — Mas V. Exa. não anunciou...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Anunciei...

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta muito, mas vai ouvir as notas taquigráficas. Vai perguntar à Chefe da Seção das Notas Taquigráficas se já tem datilografada a parte referente ao encerramento da discussão da matéria, porque a Presidência não pode também ficar à mercê de dúvidas levantadas pelo Plenário, quando tem absoluta certeza de haver procedido...

O SR. ENÉAS FARIA — É natural e normal...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não está contestando V. Exa.

A Presidência quer, com respaldo das notas taquigráficas informar a V. Exa. o procedimento correto.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu dispense. Estou informado que V. Exa. realmente encerrou a discussão.

Neste instante eu compulsava o Regimento Interno por uma questão de ordem. Não tenho susceptibilidade tão aguçada para reconhecer que me equivoquei, para tornar público.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece o voto de confiança que V. Exa. lhe confere e, também, regimentalmente, informa a V. Exa. que, caberá, se desejar, ou a qualquer dos Srs. Deputados, falar no encaminhamento da votação dos grupos de artigos que vai colocar em votação.

Em votação, em segunda discussão o Projeto de Lei número 132/77, do Grupo de Artigos conforme deferiu o Plenário, dos artigos 1 a 7, ressalvadas as emendas números 11 e 19 que tratam de alterar redações do artigo 4º e do art. 7º do projeto de lei.

Em votação o grupo de artigos enunciados.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, permita-me que encaminhe aqui mesmo da bancada.

Parece, neste deserto de atribuições, Sr. Presidente, em que está colocado o Poder Legislativo, ser este o momento soberano o mais importante de uma Assembléia Legislativa.

Eu queria aqui, ao iniciar este encaminhamento, trazer, Sr. Presidente, a minha homenagem ao eminente Deputado Antônio Facci, que, mais uma vez, mostra a sua capacidade, o seu amor ao estudo, o seu apego e o seu zelo ao mandato que o povo lhe conferiu.

S. Exa., designado relator, da Comissão, aliás, uma atitude estranha, porque entendeu a Presidência de designar 2 relatores para a mesma matéria, com o mesmo objetivo.

S. Exa. oferece um parecer dos mais brilhantes naquela Comissão.

Vem a Plenário e faz a sua defesa, brilhante e talentosa, fundamentada no estudo e na pesquisa. E, mais do que isso, na responsabilidade que lhe confere a atuação do mandato que desempenha.

De outro lado, Sr. Presidente, não vejo o outro relato e que me perdoem aqueles que deram condição de aprovação ao seu Parecer, sobre mesma matéria e com o mesmo objetivo, porque pouco informa, porque quase nada diz. Porque, em verdade, nada elucida. E porque até Sr. Presidente, quando deveria e lhe caberia proceder a defesa de seus pontos de vista para nos encaminhar a uma votação, se recebe o silêncio e a omissão.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que o voto no processo legislativo é o último ato e o menos significativo porque é mecânico, Sr. Presidente, porque é quantitativo simplesmente. O mais importante, Sr. Presidente, é o processo anterior, de formação de opinião, de elaboração de idéia, de estudo e de pesquisa, onde vale o entrechoque da idéia, onde vale a contraposição de opiniões, para que cada um de nós possa aí então, mecanicamente, oferecer a quantidade a favor ou contra, sobre determinado assunto.

Estou, Sr. Presidente, como se já não estivesse, agora mais do que nunca, convencido de que assiste razão ao eminente Deputado Antônio Facci, quando critica, dura e violentamente, a Lei Orçamentária que o Governo remente a esta Assembléia.

E quando dissecar, ponto por ponto, aspecto por aspecto, mostrando e demonstrando que o Governo não quer, não deseja e não proporcionou a esta Casa, o esclarecimento que devia, a atitude firme e decidida que a Lei impõe. Porque é nesta hora, Sr. Presidente, que a Casa deve se alçar soberana e se impor, porque aqui, mais do que lá, aqui é que está o povo.

E agora, sem Partidos e sem Legendas. Todos viemos para cá ungidos pela escolha popular, sem Partidos e sem Legendas. Cada um buscando no contato, cada um buscando na mensagem, cada um buscando no encontro, na praça pública, a aspiração, o anseio e a reivindicação do povo para aqui traduzir isso. Mais do que nunca, Sr. Presidente, é aqui que se faz ouvir a voz do povo. Por isto a soberania deste Poder, por isto mais do que nunca na época de hoje, é aqui que o povo tem assento, é aqui que o povo tem voz. E quietos, calados e silentes, vamos Sr. Presidente, mais uma vez, engolir um rol de intenções. E esta Casa, pela quantidade, haverá de mais uma vez assim proceder. Mais uma vez, Sr. Presidente.

Pergunte-se e se indague a quem quer que seja aqui o que fará e o que pretende fazer o Governo do Estado no próximo exercício com esta Lei de Meios?

Ninguém poderá, Sr. Presidente, taxativa e positivamente, dizer e afirmar, falar isto, porque é apenas, volto a afirmar, um rol de intenções, tantas vezes não cumpridas, tantas vezes modificadas, tantas vezes tangidas. Mais uma vez esta Casa vai oferecer ao Paraná este espetáculo. E vai permitir, Sr. Presidente, que toda a política deste Estado volte a ser comandada por um só Poder, por um Poder que se instala sem o apoio popu-



lar, sem o voto popular, sem a escolha popular.

Depois, Sr. Presidente, da exposição do eminente Deputado relator desta matéria, relator vencido na Comissão, e da omissão, do silêncio que da outra parte partiu, me cabe ficar com aquelas razões, Sr. Presidente.

Cabe-me não votar este orçamento, porque votando ou não votando, fará o Governo o que bem entender.

Esta Casa lhe entrega apenas o verniz legal para que S. Exa. aja como bem entender.

E assim S. Exa., o Governador o fará.

Afirma Sua Excelência, ao fazer menção, no relatório, às emendas que eu formulei, afirma Sua Excelência que, a se dar, previamente, autorização, pedida no corpo do projeto de lei, se estará entregando ao Governo do Estado, praticamente um orçamento paralelo, porque vai, a prévia autorização que esta Casa irá dar, vai conferir, ao Governo, a possibilidade de manipular quantia superior a 5 bilhões de cruzeiros; de outro lado, quando vejo o Relator vitorioso da Comissão, analisar as emendas, nada diz — não entra no mérito e não entra no aspecto legal, Sua Excelência apenas se digna a estabelecer, a dizer que é descabida a emenda, que não cabe a pretensão.

Não voto, Sr. Presidente, não voto e não tenho condições de votar este Orçamento, não terá o meu voto favorável, pouco pesará na quantidade que hoje se assenta aqui.

Sei disto, Sr. Presidente, mas sei que guardo comigo mesmo, a satisfação de haver cumprido o meu dever, e a de poder voltar à minha gente, ao meu povo, e dizer que não colaborei com este estado de coisas, voltar, e dizer que não aplaudi e que, pelo contrário, contrariamente eu me posicionei à atitude que aqui se adota.

Voto, Sr. Presidente, contrário a isto, porque isto vem ferir tudo aquilo que a legislação estabelece, vem ferir programa, de apoio ao desenvolvimento, de apoio à elevação da criatura humana, possa pretender.

Não voto favoravelmente!

Aponho o meu voto, contrário a este projeto e assim o faço, consciente de que estou cumprindo, e bem, o meu dever! (Com revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pergunta, com veemência, o nobre Deputado Enéas Faria, o que fará o Governo no próximo ano, como se nós integrantes da bancada da ARENA, não vislumbrássemos o que poderia fazer o Governo com este Orçamento.

Lego engano do nobre Deputado!

O Governo do Estado do Paraná fará, o ano próximo, o que fez este ano, isto é, uma obra que coloca o Paraná como Estado exemplar da Federação, o Estado que tem menos dívidas e maior investimento, com seus próprios recursos, em todos os setores da Administração.

O Deputado Enéas Faria nega-se a participar, com a sua votação, na aprovação do Orçamento.

Pois não devia!

Porque se assim fizesse, votando com ele, estaria se incorporando a uma obra magnífica que o Governo Jayme Canet Junior propicia a todo o povo do Paraná e agora sim, falo, também sem colaboração partidária porque é do consenso público do Paraná, independente de filiações partidárias, o reconhecimento de que, este Governo realmente mantém um desempenho muito acima do nível nacional.

É, hoje, reconhecido por todos os outros Estados, por todos os paranaenses, por todos nós, enfim, que, o Governo

do Estado do Paraná trilha o caminho certo fazendo uma administração que nos enche de orgulho, a nós da bancada arenista, principalmente que nos incorporamos a este programa magnífico.

Disse o Deputado Enéas Faria e disse bem, que o nobre Deputado Antônio Facci realizou um trabalho brilhante.

Eu concordo.

Realmente brilhante o trabalho do Deputado Antônio Facci, mas lamentavelmente, muitas das emendas propostas pelos integrantes da bancada do MDB, ou eram inconstitucionais como as dele, Enéas Faria que eu reverencio a cada tempo e sempre que posso, e outras também inconstitucionais, mas inquinadas do insanável vício e sempre constante, de apelos populistas, quando não demagógicas.

É preciso ressaltar e deixar claro que as emendas foram rejeitadas na sua quase totalidade, porque traziam o insanável vício da inconstitucionalidade, quando não propondo, às vezes, é preciso que se diga também, as mais absurdas das pretensões.

Houve-se, muito bem, a comissão que examinou o nosso Orçamento e eu quero, também, neste momento, trazer o meu preito aos membros da bancada da Arena que conduziram, digo que compuseram a comissão; que discutiram exaustivamente e, os integrantes do MDB que lá estavam, sabem que a matéria foi exaustivamente discutida e analisada.

De maneira que a nossa bancada, vota com o Governo, consciente de que estará prestando um serviço a mais ao Paraná e, não como insinua o nobre Deputado, pretendendo, tão somente, agradar ou se omitir diante de uma manifestação do Poder Executivo.

Em todos os lugares do mundo, no Brasil, já há algum tempo, é reconhecido como sendo de competência exclusiva do Executivo, a colaboração do Orçamento.

O nobre Deputado Antônio Facci, inclusive, citou um estudo realizado numa Conferência em Caracas e em que se discutia e se reconhecia como sendo do Executivo a autoridade, a atribuição, a competência para elaborar os seus orçamentos.

Por isso existe, desde que Montesquieu elaborou a famosa tripartição de poderes, as funções específicas de cada um deles.

Portanto, repudio as insinuações do nobre Deputado Enéas Faria e manifesto que a nossa bancada vota com o projeto oriundo do Governo, por entender nele, o melhor caminho para o Estado do Paraná atingir os seus mais altos objetivos.

Era só. — (Com revisão do orador).

O Sr. Waldenício Barbalho — Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, eu pretendo discutir minhas emendas, por sinal, as únicas aprovadas pela Comissão, que acaba de ser elogiada pelo ilustre líder da ARENA.

Não sei é esta a oportunidade, ou, então, V. Exa. dirá qual seja a oportunidade para discussão dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa o eminente Deputado Waldenício Barbalho — com respaldo na resolução número 17/67, no que estatui o § único, do art. nono, a Presidência e, também, reforçado com base no § único do art. 172, do Regimento Interno, a Presidência não poderá colocar em discussão e, como tal, regimentalmente, não poderá lhe conceder a palavra, para encaminhamento de votação, por ocasião da apreciação das emendas.

Todavia, nada obsta, regimentalmente, que o ilustre Deputado Waldenício Barbalho fale no encaminhamento de votação dos 2 grupos de artigos a que estamos submetendo a matéria.

A Presidência volta a colocar em votação o Projeto de Lei 132/77, no grupo de artigos de 1.º a 7.º, do projeto, ressaltadas as emendas números 11 e 19 que dão nova redação



ou que alteram a redação dos artigos quarto e sétimo do referido projeto de lei número 132/77.

Em votação.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, pelo visto, esta é a oportunidade para que eu faça uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lhe confere a palavra para encaminhar a votação.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, inicialmente, a minha solidariedade às palavras do Deputado Enéas Faria, a respeito do trabalho feito pelo Deputado Antônio Facci, a respeito do Orçamento.

A Constituição Federal, no seu art. 60., diz expressamente: — São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

No § único, salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes, delegar atribuição; quem for investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro.

O nobre Deputado líder, afirmou que são funções específicas dos Poderes e que houve-se muito bem a Comissão no seu trabalho, a Comissão de Orçamento.

Digo eu, se a Comissão houve-se bem, não deveria ter S. Exa. tomado as providências no sentido de que fossem votadas ou discutidas essas emendas, mesmo porque a decisão da Comissão é final, nos termos do art. 70., da Resolução.

Aqui está: A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 dos Membros da Assembléia Legislativa requeira por escrito, ao Presidente, a votação em Plenário, sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Como se vê S. Exa. desprestigia os Membros da Arena que aceitaram a emenda deste modesto Parlamentar, que teve apenas por objetivo uniformizar Lei Orçamentária.

Tanto é verdade, que aqui está o Orçamento e eu vou passar a ler, às páginas: "Construção do Anexo ao Plenário, concluir através de contrato com a Emopar, o Projeto para construção do Anexo ao Plenário, concluir através de contrato com a Emopar, o Projeto para construção do prédio anexo ao Plenário, cujo objetivo será propiciar a instalação do complexo da imprensa, das assessorias aos Deputados e de outros setores técnico-administrativos do órgão, visando obter maior compatibilização com a modernização administrativa."

Essa é a Lei Orçamentária enviada pelo Governo com a obrigação do nosso Poder, Poder Legislativo, contratar com a Emopar.

A dotação orçamentária existe, no valor de 10 milhões de cruzeiros.

Mas o Governo entendeu de submeter o Poder Legislativo a essa imposição, qual seja, a de contratar com a Emopar.

E tem razão o Governo, mesmo porque a Emopar é uma empresa que foi criada pelo Governo com esse objetivo.

Mas diferentemente procedeu o Poder Executivo, com relação ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque tive a idéia dessa emenda?

Confesso, para que não haja problemas:

Problema local, problema da minha cidade onde tenho domicílio eleitoral, problema de Paranavai.

O Tribunal de Justiça lá esteve, recebeu a doação de um terreno do Poder Público Municipal, comparecendo ao ato da escritura S. Exa. o Desembargador Corregedor Geral da Justiça, dizendo-se Procurador do Governo do Estado.

E a procuração que posteriormente foi encontrada em Cartório, depois do requerimento que fiz a S. Exa. o Juiz de Direito de Paranavai, foi uma procuração outorgada pelo então Governador Ney Braga, hoje Ministro, em 1961, procuração

esta passada para o Diretor do Patrimônio e deste substelecionadas para o Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Poderia enveredar aqui pelo problema jurídico, de validade ou não, da procuração, pouco importa.

O que importa é que o Poder Judiciário não deve ter função executiva.

Fazer é próprio do Poder Executivo.

É o "faccere" dos latinos, com licença do nosso amigo Accioly Neto, que é professor de Direito.

Não entendo que Poder Judiciário tenha atribuição de fazer, é atribuição típica de governo.

Como também não entendo que Tribunal de Contas venha a contratar construção de prédios públicos.

Então pergunta-se: qual a finalidade da EMOPAR? Teria então errado o Governo do Estado do Paraná?

Para que a criação de uma entidade pública e se tem por objetivo a construção de prédios públicos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos termos da Constituição, ou segundo o que diz o próprio Líder da ARENA, isso é função específica do Poder Executivo.

E se está sendo dado a outro Poder, entendo que está havendo uma delegação vedada pela própria Constituição.

Dai a tese de retirar desses poderes, de todos eles, inclusive do Legislativo, e fui surpreendido quando vi no Orçamento a restrição ao Poder Legislativo.

O que está havendo é uma discriminação.

O Governo não confia no Poder Legislativo.

Não está a confiar no Poder Legislativo.

E por que?

Porque impõe que o Poder Legislativo faça as reformas, já que a dotação orçamentária não podemos mudar porque a Constituição veda, através da EMOPAR, mas o Poder Judiciário, não.

Por que, então, a Comissão de Orçamento aprovou as emendas?

As emendas aprovadas, Sr. Presidente, até com elogios de que o Deputado Waldenício Barbalho foi feliz ao tomar essa iniciativa.

E agora, surpreendentemente, a notícia de que o Governo não deseja a aprovação das emendas.

E por que?

É de se lembrar a autonomia e a independência dos poderes.

Será que os Poderes do Paraná são autônomos e independentes?

Não, não não.

Se o objetivo inicial do Governo era aprovar as emendas porque elas uniformizavam a Lei Orçamentária, porque agora essa iniciativa de votar contrariamente às emendas?

É uma pergunta.

Por que?

Sr. Presidente, sou obrigado a deduzir, sou obrigado a deduzir até mesmo a fustigar ao Poder Judiciário, ao qual pertenço como advogado.

Ora, Sr. Presidente manipular verbas neste País e provar — e provar, num País onde se oferece notas — é muito fácil —

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao eminente Deputado Waldenício Barbalho, que embora seja sempre um grande prazer ouvi-lo, que o tempo regimental do encaminhamento da votação já se esgotou.

E lhe concede um minuto para concluir.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Agora que eu ia entrando na matéria, gostosamente! É lamentável.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, já que V. Exa. me dá

apenas um minuto, eu estou desconfiado, porque tenho a impressão que está havendo um convênio: Tribunal de Justiça-Poder Executivo.

E esse é um convênio que nós que lutamos a favor da revolução, essa Revolução, como dizia o Senador Teotônio Vilela, dos nossos sonhos, e que ficou apenas em sonhos.

E está aí há indicar que há um comprometimento entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Não pretendo dizer nada mais, Sr. Presidente.

Está dito tudo. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação, por grupos de artigo, o Projeto de Lei 132/77.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente eu sou disciplinado e voto com a bancada da Arena, partido a que pertencço.

Mas me impressionou profundamente a dissertação que fez o nobre Deputado Waldenício Barbalho, a respeito de suas emendas, aprovadas pela Comissão de Orçamento.

E eu, recuo um pouco no tempo e lembro que quando eu assumi a primeira Secretaria desta Casa, em 1967, eu pude verificar com desprazer que as Comissões Executivas imediatamente anteriores, usavam do mesmo processo, investindo-se na função de Poder Executivo.

Na oportunidade, projetava-se a construção do novo Plenário, da Casa, esse que hoje abriga o Plenário do Poder Legislativo.

Quando eu assumi a primeira Secretaria, e vi o espectro das armações desta construção corroídos pelo tempo, eu procurei me certificar de como andavam as coisas com relação a esta construção e descobri, num banco particular, perdido, esquecido, um depósito de uma importância vultuosa, creditada em nome do Poder Legislativo, para a continuidade das obras do Plenário.

E estranhei...

Imediatamente eu solicitei ao então Presidente João Mansur, que oficiasse ao Sr. Chefe do Poder Executivo, devolvendo aquela importância, ao então Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas, para que essa Secretaria tomasse a si o encargo como é de direito, da conclusão das obras do plenário.

Por isso, eu vou votar com as emendas do nobre Deputado Waldenício Barbalho.

Porque não se admite, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que o Poder Executivo, delegue atribuições a outro Poder. Seja o Poder Legislativo, seja o Poder Judiciário, ou o Tribunal de Contas.

Isto é vedado pela Constituição.

E a boa moral diz, a boa moral na condução dos negócios públicos, diz que cada poder tem a sua função específica, delimitada por lei, pela Constituição.

Então, as emendas propostas e aprovadas pela Comissão de Orçamento, pelo Deputado Waldenício Barbalho são altamente moralizadoras.

E vem colocar as coisas no seu lugar certo.

Esta Casa não criou, aliás indevidamente, uma empresa pública que atende pela sigla de EMOPAR? que tem exatamente a sua responsabilidade na execução dessas obras?

Não justificou o governo, na Mensagem que enviou a esta Casa, a necessidade da criação desta companhia para facilitar exatamente a construção de obras públicas?

Então não vejo por que razão deva na Proposta Orçamentária, se consignar qualquer importância a outros poderes que não o Executivo, para a construção de obras públicas.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu voto com o Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Em votação o Projeto

de Lei 132/77, no grupo de artigos, primeiro e sétimo, ressalvadas as emendas 11 e 19, que alteram a redação dos artigos quarto e sétimo.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. – APROVADO o projeto no seu grupo de artigos, de primeiro a sétimo...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência coloca em votação, inicialmente, as emendas números 11 que dá nova redação ao artigo quarto.

Está assim posta a emenda.

Emenda número 11: apresentada pelo Sr. Deputado Enéas Faria, que diz: O art. quarto passa a ter a seguinte redação: Art. 4o.

O Poder Executivo, ouvida a Assembléia Legislativa, poderá tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título sexto, capítulo primeiro da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, mediante a emissão de títulos da dívida pública flutuante, e empréstimos bancários, de acordo com o artigo 37 da Emenda Constitucional número 3 do Estado do Paraná, e resolução do Senado Federal.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. – REJEITADA A EMENDA.

Em votação a Emenda número 19 que propõe nova redação ao artigo sétimo do Projeto de Lei 132/77, assinada pelo Sr. Deputado Enéas Faria, e está assim redigida: "Emenda 19 ao Projeto de Lei 132/77.

Art. sétimo, passa a ter a seguinte redação: Art. 7o. O Poder Executivo poderá abrir, diante autorização legislativa, créditos suplementares até o limite de 30 por cento sobre o total orçado para a despesa do exercício, servindo como recursos os deferidos no art. 43 da Lei 4320 de 17 de março de 1964".

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. – REJEITADA A EMENDA NÚMERO 19.

Em votação o Projeto de Lei 132/77 no seu grupo de artigos que vão do 9o. ao 14o.

Ressalvada a Emenda número 10 que pretende suprimir o artigo oitavo.

Em votação o Projeto de lei 132/77 no seu grupo de artigos oitavo ao 14o., ressalvada a Emenda número 10.

O SR. ENÉAS FARIA – Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nessa relatividade proposta para o nosso País, ou imposta ao nosso País é normal que nos defrontemos também com uma relatividade constitucional.

Evidente e natural que certas matérias de ordem constitucional sejam capazes de produzir polêmicas, capaz de produzir entendimentos diversos, capaz de proporcionar interpretação diversificada.

O que não se pode aceitar, Sr. Presidente, e o que não pode ficar registrado é que, numa matéria de muita clareza se venha de raspão inquinar de inconstitucional as propostas feitas, como se fossem frutos do descaso, da omissão, da inépcia, da burrice, do analfabetismo e de outros detalhes.

Ora Sr. Presidente, que pelo menos se procure conferir a realidade onde há realidade.

Quem sabe até se possa abrir discussão em torno do assunto.

O que não se pode é atirar na vala comum da incompetência tudo aquilo que não nos serve e tudo aquilo que não aceitamos.

Não, Sr. Presidente.

Não, e não é inconstitucional a matéria que propus, e tanto não é que tenho informações que pelo menos dois Legislativos no Brasil, dois Legislativos estaduais no Brasil, como o nosso agora a braços com matéria idêntica de votação do Orçamento, entenderam e não vão conferir prévia autorização Legislativa ao Governo, como não é o nosso caso.

E lá está o Legislativo do Rio Grande do Sul e lá está o Legislativo de São Paulo laborando nesta matéria e castrando esta facilidade, esta benevolência, ou como queira o outro lado, do Legislativo para com o Executivo.

E não houve inquinamento de inconstitucionalidade, e não se tratou a matéria por este prisma, porque ela é eminentemente administrativa.

Trata exclusivamente de relacionamento dos Poderes.

Ora, o Poder é da Assembléia.

À Assembléia cabe autorizar o Executivo a proceder desta maneira, e cabe autorizar no tempo que quiser, se quiser, o fará agora, previamente, como está fazendo.

Se não quiser, não o fará.

Fará quando invocada e convocada pelo Executivo para colher o respaldo legal para esta autorização.

O que quer realmente o Poder Executivo e lhe confere agora o Poder Legislativo, é a facilidade, é a benevolência, para que já tenha de antemão 30 por cento do total de toda a despesa, o que importa, em termos de dinheiro, à ordem de 5 bilhões ou de mais de 5 bilhões de cruzeiros ou 5 trilhões antigos de cruzeiros que se entragará ao Executivo sem saber aonde, como e porque aplicará.

Não o digo que faça mal. Não o digo que vá malversar estes recursos.

Não o digo que vá alocá-los em obras desnecessárias.

Não, não faço um pré-julgamento.

Apenas creio que cabe ao Poder Executivo vir à Assembléia e dizer: preciso dos recursos para realizar tal obra; preciso dos recursos para implantar tais serviços.

Porque nós, e nós é que sabemos, o que deve ser proposto, ou, pelo menos, cabe a nós dosarmos este tipo de atitude.

Era o que tinha a dizer neste encaminhamento, Sr. Presidente, para refutar com a elegância que merece o eminente líder da Arena, as insinuações que colocou quando encaminhou à votação o primeiro grupo de artigos.

Quero dizer, também, esclarecer à Casa e esclarecer aos eminentes Srs. Deputados, porque talvez algum não creio, não tenha manuseado o processo do Orçamento.

Talvez algum, não creio, esteja desconhecendo o que ocorreu e talvez até me exceda em dizer isto, mas as emendas simplesmente fizeram com que toda a redação do Governo, proposta pelo Governo fosse repetida, apenas com a inclusão, com "autorização legislativa".

Tão só e apenas, Sr. Presidente, para fazer retornar a esta Casa o Poder, a prerrogativa, o prestígio de que necessita e de que não pode abrir mão. (Com revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o grupo de Artigos de oitavo a 14o., do Projeto de Lei 132/77, ressalvada a Emenda número 10.

Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é extremamente penoso discordar do eminente Deputado Enéas Faria que sempre nos fascina com o brilho de sua dialética.

Todavia, faço alguns apontamentos capazes talvez de convencer o nobre Deputado da oportunidade do que contém o artigo sétimo de nossa Lei Orçamentária ora em tra-

mitação.

Em primeiro lugar, para dizer ao nobre Deputado e aos demais membros desta Casa, de que, todos os Estados da Federação para o exercício de 1.977, adotaram tal procedimento, inclusive o Estado de São Paulo e o Estado do Rio Grande do Sul.

Desconheço se a tramitação de seus Projetos Orçamentários para o ano de 1.978 tenham sofrido tais percalços, é até possível, mas, continuo achando que, à Assembléia Legislativa, não cabe mais que duas alternativas: ou aprova, ou rejeita os Projetos Orçamentários.

Mas há outras razões que militam a favor do que pretende o Governo do Estado: uma delas, é a de que, se a cada momento tiver o Governo, necessidade de se valer da autorização legislativa para abertura de tais créditos, é sabido que nem sempre tais mensagens recebem a celeridade devida, nesta Casa, podendo comprometer inteiramente o que pretende o Governo do Estado; ademais, é sabido, também, que a realidade paranaense é extremamente mutável, como é a brasileira, exigindo às vezes, do Governo, pronta resposta ao problema que se põe diante do governante; além disto, a programação do setor público inicia a sua montagem via de regra, nove meses antes do início do exercício, e, nesta ocasião, não é possível prever com exatidão, as alterações dos níveis de preços que irão vigorar no exercício seguinte, nem tampouco existe segurança sobre o montante de determinadas despesas que atingirão os diversos setores do setor público, no próprio exercício.

A implantação do sistema de administração nacional, Srs. Deputados, acha-se condicionada à existência de uma certa flexibilidade que possibilita a introdução de tempestivas correções e ajustamentos, durante a execução dos programas.

A realidade brasileira, hoje mais do que nunca, como também a paranaense, exige que se ache aparelhado o Poder Público, para responder dinamicamente a programas que, sem chegar a constituir, às vezes, calamidade pública, requerem uma solução imediata, para evitar prejuízos à comunidade sendo tais situações, dificilmente previsíveis à época da elaboração orçamentária.

A exatidão das informações prestadas sobre recursos de transferências federais também são extremamente mutáveis e, via de regra, temerárias.

A grande dependência do Estado do Paraná, às variações climatológicas, é outro fator que exige que o Governo disponha, previamente, de tal autorização, porque, se tivermos uma safra desastrosa, é evidente que há necessidade de reorientar toda a esquematização do orçamento, enfim, são várias as razões pelas quais pede, o Governo, este crédito de confiança, do Legislativo, e disse bem o Deputado Enéas Faria, sem que se questione na realidade, nem a conveniência e nem a eficácia como tais recursos serão aplicados.

Mas me parece da melhor técnica, como também de toda conveniência que o Governo do Estado a exemplo de todas as unidades federativas, adote este comportamento.

Era só, Sr. Presidente, (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de prosseguir, vê-se na contingência regimental, de colocar à consideração do Plenário, o seguinte requerimento que se encontra sobre a mesa. (Lê):

"Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a prorrogação da presente sessão, por mais uma hora.

Sala das Sessões ...

Deputado Luiz Roberto Soares —)"

Em votação o requerimento. — APROVADO.

Em votação o grupo de artigos, de 8o. a 14o., do Projeto de Lei 132/77, ressalvada a Emenda número 10, que pretende suprimir o artigo oitavo.

Em votação. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Em votação a Emenda número 10, apresentada pelo Sr. Deputado Enéas Faria. Está vasada nos seguintes termos:– “Emenda no. 10, ao Projeto de Lei número 132/77 – Suprima-se o art. 8o. Sala das Sessões, assinado Enéas Faria.

Em votação. REJEITADA A EMENDA NÚMERO 10.

A Presidência colocará, pela ordem de apresentação, em votação, as emendas.

Em votação a emenda número 1, apresentada pelo Deputado Waldenício Barbalho, que está assim redigida:– Emenda no. 1 ao Projeto de Lei no. 132/77 – órgão Tribunal de Justiça – unidade, Tribunal de Justiça – código – o enunciado programático ... (Lê) ” dos recursos humanos. Em votação a emenda número 1.

O SR. ENÉAS FARIA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Presidente, eu me encontro numa dúvida, Sr. Presidente e quero consultar a V. Exa., houve com relação a esta emenda, o requerimento para que sofresse apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa que nenhuma emenda que será colocada em discussão, deixou de cumprir o rito regimental.

Esta Presidência poderá informar – requerido pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, com apoioamento constitucional e regimental, requereu-se, na sessão de ontem, nos seguintes termos – “Os Deputados que o presente subscrevem, com fundamento na Resolução 17/67, requerem ... (Lê) ” Comissão de Orçamento.”

Em votação a emenda número 1.– REJEITADA A EMENDA.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Requeiro a V. Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e fará verificação de votação, solicitando aos eminentes Srs. Deputados o obséquio de aguardarem nos seus lugares, para viabilizar a conferência de votos.

Em votação, de forma inversa, a Emenda número 1. (Realiza-se a votação). (Pausa).

Vinte e três (23) Srs. Deputados rejeitam; treze (13) Srs. Deputados aprovam. REJEITADA A EMENDA NÚMERO 1.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação a Emenda número 2, apresentada pelo Sr. Deputado Waldenício Barbalho, e está assim redigida: (Lê a emenda número 2, do Deputado Waldenício Barbalho).

Em votação a Emenda número 2. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.– REJEITADA A EMENDA NÚMERO 2.

Em votação a Emenda número 4, objeto de destaque requerido na forma constitucional e regimental, pelo Sr. Deputado Enéas Faria, com apoioamento constitucional, assim posto: (Requerem a apreciação pelo Plenário das emendas números 10, 11 e 19 apresentadas ao Projeto de Lei número 132/77. E há um adendo: bem como a Emenda de número 4).

Em votação a Emenda número 3, que está assim redigida, apresentada pelo Sr. Deputado Lineu Turra. (...Lê...)

Em votação a Emenda número 3. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

A Presidência pede escusas ao Plenário, dado a complexidade da votação da matéria, a Presidência cometeu um terrível

engano.

A Emenda número 3, não teve regimentalmente o destaque requerido.

A Presidência estava se referindo, naturalmente à Emenda número 4, que está assim redigida e apresentada pelo Deputado Accioly Neto. (Lê a emenda)

Em votação a Emenda número 4. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. REJEITADA A EMENDA NÚMERO 4.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência procurará ter o cuidado necessário:

As emendas número 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 foram votadas. Emenda número 12:– Objeto de destaque requerido – também no requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci, com apoioamento regimental.

Requerimento apresentado na sessão do último dia 16 de novembro – A Emenda número 12 apresentada pelo Sr. Deputado Antônio Facci.

Órgão – Administração Geral do Estado.

Unidade: em cargos gerais do Estado.

Código: “Suprima-se a expressão” e outro – Em votação a Emenda número 12.– REJEITADA.

Em votação a Emenda número 13 – também objeto do destaque requerido.

Emenda 13 – Órgão: Secretaria de Estado dos Transportes.

Unidade: Gabinete do Secretário – Entidades vinculada – Código – Suprima-se a expressão “Entre outras”.

Em votação a Emenda número 13.– REJEITADA.–

A Emenda 14 não foi objeto de destaque requerido nem a Emenda número 15.

Em votação a Emenda número 16, com destaque solicitado pelo Deputado Antônio Facci, com apoioamento Regimental.

(Lê a Emenda número 16) Em votação – REJEITADA A EMENDA NÚMERO 16.

Eram emendas que mereceram dos Srs. Deputados, nos termos da Resolução 16/67 – em votação requerida, com base no Art. 10 da referida Resolução – Concluída a 2a. votação, projeto e emendas aprovadas, serão devolvidos à Comissão que o redigirá no prazo máximo de 5 dias, de acordo com o ponto de vista vencedor para a 3a. e última votação.

Assim que a Presidência merecer da Comissão de Orçamento, a devolução da matéria com a redação final, anunciará dia e hora, para a sua 3a. votação.

A Presidência comunica que sobre a mesa existe requerimento assinado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB.

Está vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

A LIDERANÇA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, respeitosamente e com fundamento no artigo 25 do RI, requer digna-se V. Exa., informar ao peticionário e ao Plenário da Casa, quais as medidas regimentais adotadas (art. 121) tendo em vista a série de tumultos verificados durante a realização das sessões plenárias... mais especificamente do incidente verificado na sessão de ontem, dia 21 do corrente, quando os integrantes desta bancada, foram agredidos por toda a sorte de impropérios e até de ameaças a integridade física por parte do Dep. Gabriel Manoel, em flagrante quebra do decoro parlamentar.

Justificamos, Sr. Presidente, o presente pedido, tendo em vista a urgente necessidade de coibirem-se os abusos que se sucedem e que levam não apenas abalo ao conceito deste Poder, mas se constituem em verdadeiro risco de vida aos integrantes deste Parlamento.

Outrossim, é de competência exclusiva de V. Exa. pautar pela observância da ordem e disciplina interna da Casa.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1977.

(a) Trajano Bastos."

A Presidência recebe o expediente, não poderia deixar de fazê-lo.

Todavia, o respeito e o acatamento, e além desses prediados, a amizade, que tem sempre servido de apanágio na convivência diária dos eminentes Parlamentares do MDB e da ARENA, fazem com que a Presidência, recebido este expediente, apele aos eminentes Deputados, Líderes da Arena e do MDB, para que amanhã, na hora em que ambos definirem, possam reunir-se com a Presidência.

Se for o caso, com a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, para convidando também S. Exa. o Sr. Deputado Gabriel Manoel, para participar desta reunião, possamos a nível de lideranças com a boa vontade que sempre caracterizou os atos de convivência pacífica deste plenário, possamos discutir o assunto nos níveis e termos mais elevados.

Porque quero acreditar que não há nesse plenário, qualquer cidadão, embuído, ou investido da função de representante do povo que em determinadas oportunidades, apossado do calor e do desejo de defender seus pontos de vista, muitas vezes extravasando, possa ter ofendido um colega, sem que intenção tivesse para tal.

Faço o apelo, porque quer me parecer, é medida capaz de acautelar o bom andamento dos trabalhos desta Casa.

Como de resto faço, pela amizade que me une ao Deputado Gabriel Manoel, o apelo no sentido de que compreenda a delicada posição em que se encontra o Presidente deste Poder.

Pois não deseja que o episódio de ontem possa aprofundar diferenças de ordem pessoal, entre parlamentares de uma e de outra grei política.

Confiro a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, de início, assim dentro deste espírito nosso da nossa revolta, não quisemos aceitar.

Mas aceitamos a sua determinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita ...

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que não me furtarei ao convite que me faz V. Exa. para participar desta reunião que V. Exa. me convida.

Mas quero deixar bem claro, Sr. Presidente que mesmo comparecendo a esta reunião para parlamentar com V. Exa. e com o Líder da Arena, o caminho tomado pela liderança é irreversível.

Não voltamos atrás.

Felizmente para V. Exa., Sr. Presidente, V. Exa. não estava presente ontem na sessão que se realizou, quando o Deputado Gabriel Manoel dirigiu uma série de impropérios a Deputados da minha bancada.

Impropérios tais, Sr. Presidente ...

O SR. GABRIEL MANOEL — ... Os impropérios foram mútuos, isto para mim é uma falta de compostura uma falta de liderança para com a própria Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita que o serviço de rádio obedeça a Mesa.

Deputado, Gabriel Manoel, o companheirismo e a amizade que me liga a V. Exa. me fazem credor de merecer de V. Exa. atendimento ao apelo que a Presidência volta a fazer.

A Presidência está diante de um fato que tem respaldo regimental.

Deve, portanto, merecer da Liderança do MDB nesse episódio, o respeito e o acatamento que a Presidência lhe oferece.

Todavia, eminente Deputado Gabriel Manoel, nós sa-

bemos que os debates políticos levam-nos ao calor e deste, eminente Deputado, muitas vezes involuntariamente, V. Exa. bem diz, ofende-se grupo de pessoas, sem desejar fazê-lo.

E, em nome do bom entendimento que este Parlamento sempre soube manter ao longo dos anos, a Presidência faz o apelo, esperando que a inteligência e o alto espírito público dos 2 líderes das Bancadas do MDB e da ARENA, permitam um contato das Lideranças com a Comissão Executiva, para que nessa oportunidade, todos nós possamos em termos altos, falarmos em defesa deste Poder.

Eu pediria ao eminente Deputado Gabriel Manoel que desse como superado, por favor, o episódio de ontem, mas que permitisse ao Sr. Deputado Líder do MDB que tem a incumbência, — e nós sabemos, — de, falando em nome de sua bancada, posicionar-se diante do episódio, posição adotada através de requerimento encaminhado à Mesa por respaldo regimental, e pediria até por favor ao Deputado Gabriel Manoel, que procurasse não interromper o Deputado que está com a palavra, e, em questão de ordem, a Presidência voltará a lhe oferecer a palavra tantas vezes quantas V. Exa. assim o desejar.

Devolvo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço, Sr. Presidente.

Dizia, Sr. Presidente, e reafirmo que não me furtarei ao contato com V. Exa.

No entanto, Sr. Presidente, a medida tomada através do expediente encaminhado a V. Exa., é de caráter irreversível, e nos parece, Sr. Presidente, infelizmente, que a disposição do Deputado que ontem feriu o decoro parlamentar nesta Casa é a de continuar ferindo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, Deputado Gabriel Manoel, não deseja usar o que lhe faculta o Regimento Interno.

Por favor, V. Exa., em nome da amizade e do companheirismo que sempre o ligou ao Presidente desta Casa, por favor eminente Deputado, permita que o Sr. Deputado Líder do MDB coloque ao conhecimento do Plenário o seu ponto de vista, e a Presidência jamais obstará que V. Exa., no devido tempo, use da palavra também.

Pede desculpas ao Deputado Trajano Bastos e lhe devolve a palavra.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradecemos, Sr. Presidente.

Não fica bem definida a posição da Liderança, Sr. Presidente.

O Artigo 121 do nosso Regimento é claro, irei à reunião no dia e hora que V. Exa. me convocar.

Mas repito mais uma vez aquilo que a nossa disposição manifestada através deste expediente, tem caráter irreversível.

Porque não é possível mais, Sr. Presidente, que este Plenário, que este Poder continue sendo maculado com a falta de decoro parlamentar.

E é na defesa não só dos Deputados da minha bancada, Sr. Presidente, mas de todo este Poder, é que encaminho a V. Exa. este expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel e faço ao eminente amigo Deputado Gabriel Manoel um apelo para que prossigamos a sessão dentro do Regimento Interno.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, dentro do complexo normativo deste Poder Legislativo, nós estamos aqui há 12 anos, e pela vez primeira, Sr. Presidente, vemos infelizmente o que está ocorrendo.

Decoro parlamentar, Sr. Presidente, é quando se atacam funcionários que não têm condições de decidir.

Decoro parlamentar é quando se ataca uma Comissão

Executiva, como é esta, Sr. Presidente.

Decoro parlamentar, Sr. Presidente, é que deveria haver um líder da bancada da Oposição, defendendo uma Comissão Executiva, como é esta douta Comissão na Assembléia Legislativa.

Decoro parlamentar, Sr. Presidente, é quando se vem à tribuna para dizer que o restaurante da Assembléia não funciona.

Decoro parlamentar, Sr. Presidente, é preciso que se diga nesta Casa, alto e bom senso, é quando se procura por panos quentes em certas atitudes de Deputados da Oposição que não quero generalizar, porque tenho muitas amizades entre os Deputados da bancada do MDB.

Decoro parlamentar, é quando se insulta, se vilipêndia, se procura tripudiar sobre o Deputado que foi chamado de bajulador, Sr. Presidente.

Onde está então a nossa autodefesa, quando se fala em decoro parlamentar, quando vem esbravejando o nobre líder da Oposição a falar besteiras sem ter noção do que está falando?

Sr. Presidente, eu não tenho medo de careta. Se V. Exa. com o respeito que lhe tenho, determinar que me processem, que provem o decoro parlamentar que aí iremos dar também as providências que temos contra certos Deputados que são os salvadores da Pátria.

Iremos dizer onde está, Sr. Presidente, o verdadeiro decoro parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência já despachou o requerimento como o adendo que fez consubstanciado no apelo dirigido aos Srs. Líderes. Dá o episódio como encerrado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem:

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

Eu pediria por favor ao eminente Vice-Presidente deste Poder, Deputado Jurandir Messias, que não voltasse a este assunto.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, eu só queria situar não sei bem se a minha posição, na qualidade de 1.º Vice-Presidente desta Casa. O Deputado Trajano Bastos, meu opositor na Região Centro Oeste do Estado do Paraná, pelo qual tenho, inclusive, Sr. Presidente, grande respeito e grande consideração...

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, estou na iminência de ser agredido pelo Deputado Gabriel Manoel, neste Plenário. Estou sendo agredido fisicamente. Levo ao conhecimento público de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Esta Presidência vê-se na contingência de suspender a sessão.

Pede aos Srs. Deputados que, por favor, se contenham, e não dêem a importância que o episódio não tem.

A Comissão Executiva haverá de, amanhã, à hora do expediente, reunir-se e para tal reunião espera contar com a presença dos Srs. Deputados líderes de ambos os Partidos, para, preservando o bom nome deste Poder, encontrarmos uma solução ao episódio que, como eu disse e repito, não deve ter a importância que teve.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados, que dêem o episódio por encerrado, para podermos votar a matéria que ainda se encontra à consideração do Plenário.

Devolve, esta Presidência, a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, pretendemos concluir nosso pensamento com referência ao episódio de ontem.

Dizíamos que, temos grande consideração, temos grande amizade pelo Deputado Trajano Bastos; mesmo sendo opositores políticos na região Centro-Oeste, viemos para esta Casa como representantes, em número de três Deputados daquela

região, somando conosco, o Deputado Aragão de Mattos Leão.

Por isto, Sr. Presidente, é que este Deputado não poderia calar-se totalmente, quando vê o que considera até uma falta de amizade de parte do Deputado Trajano Bastos, eis que, naquela sessão que era por mim presidida, este Deputado tomou, na hora exata, a medida certa.

Suspendi a sessão, Sr. Presidente, pedi calma entre os Srs. Deputados, convoquei os Srs. Líderes a que colaborassem para o bom andamento e prosseguimento da sessão.

Por esta razão, Sr. Presidente, causou-me espécia, causou-me surpresa, haver o Deputado Trajano Bastos entrado com um requerimento que a mim significou falta de consideração para com este seu amigo, para este seu colega, eis que tanto o Deputado Trajano Bastos quanto este Deputado, representamos a região Centro-Oeste do Estado do Paraná e jamais divergimos, Sr. Presidente, naquela região, entre nós sempre houve o mútuo respeito.

Por isto é que eu não concordo, Sr. Presidente, mesmo não fazendo parte da Comissão Executiva. Sou, apenas, um modesto e humilde Vice-Presidente da Mesa, que procura, democraticamente, procura com igualdade e muitas vezes até contrariando o Regimento Interno, dar um bom andamento aos trabalhos do Plenário, dando igualdade de atenção aos Deputados do MDB e da ARENA.

Hoje estou me sentindo humilhado, estou me sentindo desprestigiado por este amigo que considero, o Deputado Trajano Bastos, eis que este requerimento, eu entendo, Sr. Presidente, é um desprestigiamento total a este Deputado, pois o Deputado Trajano Bastos poderia levar o problema em outros termos.

Ontem, fui convidado a dialogar, pelo Deputado Nilso Sguarezi. Assim o fizemos e, com este diálogo, acertamos 70 por cento do problema. Isto era o que deveria e o que deverá fazer o Deputado Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mes,a requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, indicando os Srs. Nilso Sguarezi e Enéas Faria, para comporem a Comissão Especial para analisar as Emendas à Constituição do Estado, contidas na Proposição no. 573/77. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

A Presidência aguarda que o Sr. Líder da Arena...

A Presidência toma conhecimento neste instante, pois esteve ausente ontem, que o Sr. Luiz Roberto Soares já indicou os membros da Arena para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, bem como à Secretaria de Segurança, consubstanciado em denúncia e pedido de informações, com referência ao responsável pela Polícia Rodoviária, na circunscrição de Ponta Grossa. - Em votação. - APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, V. Exa. poderia... (inaudível; não havia som)...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. ouviu quando o Presidente leu a súmula?

V. Exa. quer que leia, novamente a súmula?

Realmente, há dois requerimentos do Deputado Valter Pietrângelo; o que foi objeto de votação, tem a seguinte redação. Súmula: "O Deputado que o presente subscreve... (Lê novamente o requerimento)..." S. Exa. junta xerox de expediente assinado por Luiz Fernando Araújo Pereira, Juiz Adjunto da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa. O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado. Satisfeito.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a constituição desta Assembléia em Comissão Geral, nos termos do Art. 35 e parágrafo único do Regimento Interno, a fim de esclarecer o grave problema suscitado, com referência ao amplo noticiário estampado no jornal "O Estado do Paraná", tornando público irregularidades que culminaram na anulação de concorrências públicas abertas pela Secretaria do Interior. —

A Presidência, regimentalmente, terá que colocar este requerimento em forma de duas votações distintas. S. Exa. invocando o art. 35, § único do Regimento Interno, requer a constituição desta Assembléia Legislativa em comissão geral para, no corpo do mesmo requerimento, convocar um Secretário de Estado para depor nesta Assembléia.

A Presidência desmembra o requerimento, inicialmente colocando à consideração do Plenário a parte que trouxe a constituição desta Assembléia em Comissão Geral. Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado autor do requerimento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Indago a V. Exa. se posso discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem a palavra para discutir o requerimento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O fato prende-se à denúncia formulada pelo jornal "O Estado do Paraná", com relação à Constubos, firma sediada em Paranavaí. Como é do conhecimento público, compete à Constubos confeccionar os tubos e à Cospave, que por coincidência tem os mesmos donos, aplicá-los no combate à erosão.

Alega o nosso ilustre Deputado Wilson Fortes, que ambas as firmas são de propriedade do ex-Parlamentar e ex-Prefeito Benedito Pinto Dias, talvez por isso mesmo já se diga na cidade de Paranavaí, que não se trata de Constubos nem de Cospave, mas de Conspinto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero fazer uma declaração, elogiando a imprensa paranaense que deu destaque todo especial ao assunto, "O Estado do Paraná", porque faz oposição muito mais que a oposição da Assembléia Legislativa. E com grande vantagens, tem uma fonte de informações impressionante que nós não temos. Nós nos baseamos até nas informações do "O Estado do Paraná". Gostaríamos que tivesse outro órgão de imprensa paranaense que tivesse a mesma conduta que tem o "Estado do Paraná".

Pouco importam os seus objetivos. O certo é que vem prestando serviço acionável à oposição do Estado. "O Estado do Paraná", fez a denúncia grave e séria, e eu, como Deputado da Oposição, tratando-se de firmas sediadas na minha cidade, tive apenas um objetivo, com o requerimento, transformar a Assembléia Legislativa em Comissão Geral, objetivando ouvir o Secretário do Governo. Sei que vou ser derrotado. Até parece que o rolo compressor, hoje é o seu. Por isto, não fui feliz no requerimento que apresentei na sessão de hoje. Quem sabe se caísse numa outra sessão eles aprovariam com o voto e com a liderança do nobre Deputado Wilson Fortes, que poderia, inclusive, pleitear votos da Arena para a aprovação deste requerimento, que não tem outro objetivo a não ser trazer o Secretário à Assembléia.

Afinal, se o Governo está certo e a Secretaria do Interior também, porque S. Exa. o Secretário não vem aqui e diz à Assembléia que houve um engano e não um erro, como afirmou o Deputado Wilson Fortes. Queremos dizer o seguinte: Que em matéria de concorrência pública, tanto faz erro ou engano, as firmas que concorreram e perderam foram prejudicadas e há evidentemente corrupção. Porque quando a firma

confecciona tubos e o edital exigiu que fossem confeccionados, na base de armação de ferro e uma firma que faz sem armação de ferro, há protecionismo à firma que ganhou a concorrência.

Esta firma é a Constubos, constituída de seus Diretores e de seus proprietários, que são os mesmos da Conspave.

E elas, segundo o Deputado Wilson Fortes, pertencem ao ex-Prefeito e ao ex-Parlamentar, Benedito Pinto Dias.

Então, vê-se disso: Que há protecionismo.

Embora, o nobre Deputado Wilson Fortes queira defender o Governo e queira defender o Secretário do Interior não poderá fazê-lo, sem defender ao mesmo tempo a Constubos que está aí a cometer erros gravíssimos, que devem ser investigados.

Investigados, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que lutemos em torno da moralização, meta principal da Revolução e eu me considero revolucionário, porque participei dela.

Sempre defendi os princípios da Revolução e o faço até mesmo muito mais do que aqueles que se encontram no partido que lhe dá sustentação.

Eu o faço muito mais pertencendo à Oposição e dando a ela todos esses elementos para que consigamos atingir as metas principais da Revolução.

Moralização, Sr. Presidente, é meta da Revolução; lutar contra a corrupção é meta da Revolução, nós não podemos em absoluto omitir fatos desta ordem.

Por isso eu louvo o jornal "O Estado do Paraná" por isso estou aqui para defender este requerimento, solicitar até aos nobres Deputados da ARENA que votem favoravelmente.

Porque se não o fizerem, eu vou requerer uma CPI, e com toda tranqüilidade, afirmo: não depende do voto deles, (Risos) vou ouvir o Secretário, independentemente do voto da ARENA, em CPI para descobrir toda esta podridão que caminha nos tubos da CONSTUBOS ou da CONSPAVE ou da CONSPINTO.

É preciso bom humor, Sr. Presidente, principalmente na oportunidade em que se engalfinham Deputados.

É preciso, há necessidade de bom humor, de risos, quem sabe se os sorrisos da ARENA, não vão conduzi-los à aprovação deste requerimento!

Mas, se não o fizerem, não terá importância, já estou autorizado, inclusive, pela Liderança do meu Partido; irei promover e requerer uma CPI e, espero inclusive, ser o Presidente dela.

Para aqui ouvir o Secretário do Interior, Diretores da CONSTUBOS da CONSPAVES da SUCEPAR, que recebem um mundo de dinheiro para combate à erosão, é verdade.

Porque todo o dinheiro que vai para o Interior, é dinheiro que vai e volta.

Devolvido pelo Estado, devolvido pela União; devolvido para debelarmos, para combatermos a erosão no Noroeste do Paraná.

E constitui crime dos maiores. Esse é tão grande, tão grande, quanto dar leite com água à criança.

Se construir um tubo, se confeccionar um tubo quando os requisitos mínimos da lei exige armação de ferro e não o fazem.

A CONSPAVE é a firma que contrata com os demais municípios da Região Noroeste do Paraná, ela é quem aplica o tubo, é quem combate a erosão.

A CONSPAVE competiria dizer da qualidade desse tubo, a CONSPAVE não fala; porque os sete proprietários da CONSPAVE são os sete proprietários da CONSTUBOS. Então o tubo é colocado em baixo do chão?

O asfalto feito pela CONSPAVE, tudo colocado pela CONSPAVE, mas tudo fabricado pela CONSTUBOS. E a CONSTUBOS ganhando sempre a concorrência. O Secretário do Interior, até é louvável, anulou a concorrência, em razão

das denúncias formuladas pelo "O ESTADO DO PARANÁ" e requeridas pelos proprietários das outras firmas, INAC e TUBONORTE.

Sr. Presidente, o assunto é sério, seríssimo; seríssimo porque a nossa meta é a moralização pública.

E se nos derem meios, nós, quem sabe, chegaremos até lá, e se não nos derem, lutaremos sempre para atingirmos nossa meta, que é a razão de ser da nossa permanência na política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Espero que o requerimento seja aprovado já, são 7,15, quem sabe, todos estão querendo ir para as suas casas, e eu não vou me alongar mais, já foi dito tudo; a imoralidade é grande, há crime praticado, é preciso se investigar; esse é um requerimento que evitaria uma CPI, seria muito mais fácil, mais conveniente ao Governo.

Se o Governo não quer, então partiremos para uma CPI.

Não digo isso em termos de imposição, não, digo, apenas para proclamar o meu objetivo, qual seja, perdendo o requerimento, parto para uma CPI, porque não dependo dos votos dos deputados da Aliança Renovadora Nacional.

E só, muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em discussão, o requerimento.

O SR, WILSON FORTES (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado, o ilustrado Deputado Waldenício Barbalho, pretende que esse Deputado faça aqui o papel de Advogado do Diabo.

O nobre Deputado vê em tudo, desonestidade, em tudo, infelizmente, representando a minha cidade e a minha região, vê corrupção.

Ninguém falou aqui em corrupção.

Apenas nós explicamos no dia em que procuramos fazer o esclarecimento à Casa, em que o Secretário não é Noel Lobo Guimarães nomeou uma comissão e houve por bem anular as concorrências de números, se não me falha a memória, 6 e 8/77, porque havia erro na forma em que foi feita a licitação."

Muito antes de "O ESTADO DO PARANÁ" publicar a notícia; foi anulada a concorrência, porque na licitação exigia que os tubos de 40 e 60, fossem feitos com armação de ferro.

Quando na prática, Sr. Presidente, não há necessidade de armação de ferro para tubos de 60 e 40; a não ser em casos especialíssimos.

Então o erro foi da licitação.

Foi nomeada uma comissão e na própria licitação no seu artigo 13o. dá ao Secretário, ao Presidente da SUCEPAR poderes para anular qualquer licitação.

Nestas condições, fizemos aqui um esclarecimento, não pretendendo em absoluto, defender a Constubo, a Conspave, tida e havida como do ex-Deputado e ex-Prefeito Benedito Pinto Dias, e hoje, denominada pelo Deputado Waldenício Barbalho, como Conspinto.

Realmente é de propriedade principal, participação ativa do ex-Deputado Benedito Pinto Dias, se não está no papel, eu sei que ele já saiu do contrato social.

Mas nós podemos provar isso a hora que o Deputado pretender ou quiser, ou que a Casa assim o exigir.

Nestas condições, não pretendemos aqui defender a Constubo, nem a Conspinto, achamos e falamos da tribuna que hoje o cidadão Benedito Pinto Dias pode construir, pode formar qualquer empresa e participar de qualquer concorrência no Estado.

Bem como o nobre Deputado Waldenício Barbalho, embora pertencendo ao Partido da Oposição, também tem o direito de construir uma empresa ou participar de uma em-

presa e concorrer lá no interior do Estado.

Salvo se estou cometendo um erro nesta alegação minha.

Estou dizendo isto, Sr. Presidente, fazendo um retrospecto no meu raciocínio, que a acusação maior que eu fiz aquele dia é quando o Sr. Benedito Pinto Dias, proprietário da Constubo e da Conspave era Prefeito Municipal de Paranavai.

E somente a Conspave e a Constubo é que ganhavam as concorrências em Paranavai.

Daquela época a gravidade do problema; hoje não, é um simples cidadão.

Pode participar de uma empresa e concorrer no Estado do Paraná.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O problema é o seguinte: É o problema legal. A Lei da concorrência pública, é o Edital.

Ainda que o Edital estivesse errado, deveria ter sido cumprido, com erros.

Não importa que o Edital dissesse que havia necessidade de ferro e posteriormente o tubo tivesse sido confeccionado sem ferro.

O certo é o seguinte é que as outras firmas quando concorreram com a Conspave concorreram sabendo que os tubos deveriam ser confeccionados com a armação de ferro; daí um preço oferecido.

E a outra firma ofereceu um preço de 30 a 5 por cento inferior, porque por trás estava sabendo que não havia necessidade do ferro.

Tudo isto precisa ser devidamente explicado.

O SR. WILSON FORTES — Que insinuação!

O SR. EALDENÍCIO BARBALHO — Nobre Deputado, se V.

Exa. me permite eu quero dizer o seguinte: V. Exa. me fez uma acusação V. Exa. diz que eu vejo desonestidade em tudo, não.

Eu vejo honestidade até na figura de V. Exa., quando defende o governo.

Eu vejo honestidade nos atos do Governo, quando faz um asfalto tido e havido e apelidado como "casca de ovo", e que eu defendo; até para alegrar eu digo que sou contrário à ovação mas não à casca de ovo.

Eu defendo o Governo quando voto favoravelmente ao orçamento.

Eu votei favoravelmente ao Orçamento.

O SR. WILSON FORTES — Defendendo o Conspinto e a Constubo.

Não houve entrega de tudo nenhum a licitação foi anulada antes que entregassem, antes que o contrato fosse firmado. Aonde é que o nobre Deputado vê a corrupção?

Corrupção aonde?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Mas, nobre Deputado...

O SR. WILSON FORTES — Onde é que o nobre Deputado vê a corrupção?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Onde é que eu vejo a corrupção? Tudo isto será visto na Comissão.

Apenas peço a V. Exa. que não proclame que eu vejo desonestidade em tudo.

O SR. WILSON FORTES — V. Exa. disse isso há poucos instantes.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Mas nesse setor há crime, nesse setor há desonestidade, há corrupção.

Quer dizer, é um problema apenas, isto não significa tudo, isto não é o Estado do Paraná em tudo.

O SR. WILSON FORTES — Ademais nobre Deputado, eu analisei o problema. Por outro lado, V. Exa. bem o sabe que o ex-Deputado Benedito Pinto Dias é nosso opositor há 15 anos na cidade de Paranavai.

Mas, tenho aqui a orientação do nosso Líder da bancada, de que o nobre Secretário Noel Lobo Guimarães se dispõe

a vir a esta Casa, espontaneamente à hora que V. Exa. bem o desejar ou que a bancada do MDB assim o desejar, a fim de prestar os devidos esclarecimentos.

E vou mais longe, convido V. Exa. à partir de hoje, e amanhã, na hora do Expediente, a ir comigo à Secretaria do Interior verificar "in loco" a documentação.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu não conheço a Secretaria ...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa: sobre a Mesa existe requerimento do Sr. Deputado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, antes de lhe conceder a palavra, vai colocar em votação requerimento que é regimental e pode fazê-lo a qualquer momento, porque trata-se da prorrogação dos trabalhos desta Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a prorrogação da presente sessão por mais 01 (uma) hora.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977."

Em votação.— Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.— APROVADO.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, eu estava apartando o nobre Deputado Wilson Fortes.

Fui surpreendido com a interrupção de V. Exa., embora dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE — Como o eminente Deputado Wilson Fortes deu por encerrada a discussão da matéria, V. Exa. poderá, regimentalmente, voltar a fazê-lo no encaminhamento da votação da matéria.

Em discussão o requerimento do Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

Encerrada a discussão. A Presidência alerta aos Srs. Deputados, antes de por em votação a matéria, que a Presidência terá que se louvar nos artigos 35 e 92 do Regimento Interno, porquanto exigem para aprovação de matéria que constituem nesta Assembléia em Comissão Geral, a maioria absoluta.

Está assim posto o artigo 35, e nos mesmos termos o artigo 92, que matéria dessa natureza será votada com a presença favorável de 28 Srs. Deputados.

Em votação a 1.ª parte do requerimento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Para encaminhar, Sr. Presidente, apenas para agradecer a gentileza do nobre Deputado Wilson Fortes, ao convite formulado.

Realmente, o que se sente é que a Arena quer e faz absoluta questão de derrotar o MDB.

O convite formulado dá a impressão da convivência mais partidária e o requerimento desta natureza aprovado é diferente.

É uma decisão da Assembléia convidando, em verdade ele vai ser convocado, para dar as explicações a respeito deste assunto das firmas sediadas em Paranavai.

De forma que eu agradeço o convite do nobre Deputado, mas espero, enfim, a votação do meu requerimento.

Não posso aceitar o convite de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação, nos termos do Artigo 35 do Regimento Interno, a primeira parte do requerimento do Sr. Deputado Waldenício Barbalho que pretende constituir esta Assembléia em Comissão Geral.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr.

Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Confesso, Sr. Presidente, que me encontro em dúvida quanto à interpretação dada por V. Exa., no que diz respeito à necessidade de maioria de votos.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lerá para V. Exa. o Art. 35 — A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto ou outro fim determinado, desde que a sua maioria resolva a requerimento escrito de qualquer Deputado. A maioria é representada por 28 Srs. Deputados.

O SR. TRAJANO BASTOS — Mas me parece, Sr. Presidente, salvo melhor interpretação, que seria a maioria de presenças e não de votos.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, há no Regimento Interno, dispositivos que falam de maioria simples com redação totalmente diferente da presente. Quando se fala que a Assembléia, por sua maioria, entende-se que a maioria da Assembléia é representada por 28 Srs. Deputados.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu entendo, Sr. Presidente, se me permite dialogar com V. Exa., que esta maioria a que alude o Artigo 35, seria a maioria logicamente a ser votado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Não. Deputado, a Presidência lhe informa melhor. Diz, está taxativamente, assim expresso — desde que a sua maioria o resolva. A sua maioria significa metade mais um.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o primeiro tópico do requerimento que pretende constituir esta Assembléia em Comissão Geral. REJEITADO O REQUERIMENTO.

Conseqüentemente, rejeitado o segundo tópico do requerimento, prejudicado, aliás.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, tendo em vista notícias divulgadas pela imprensa local, inclusive com exibição de "fac-simile" de folha de pagamento de Diretor Geral de uma das Secretarias de Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O esforçado, culto e valente Deputado Valter Pietrângelo, requer, à consideração da Casa, um pedido de informações ao Sr. Chefe do Poder Executivo, com relação a gratificações a diretores de Secretarias etc. etc.

Não era meu propósito, Sr. Presidente, encaminhar na votação deste requerimento.

Porque eu acho uma atitude normal do nobre Deputado Valter Pietrângelo que vem cumprindo o seu mandato de representante do povo.

Não fora o encaminhamento que S. Exa. deu ao requerimento da tribuna desta Casa, onde S. Exa. escorregou para outro terreno que não foi objeto do requerimento.

O que queria, ao meu ver, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, era, aproveitar a celeuma toda que se criou em torno de uma gratificação que o Sr. Governador concedeu aos Secretários de Estado, e posteriormente deixou-a sem efeito.

Na minha opinião, quis, o nobre Deputado, promover-se, à custa daquele episódio e, esgotado o seu primeiro requerimento sobre este assunto, ele volta, quase com o mesmo assunto, requerendo informações sobre pagamentos aos Diretores

Gerais das Secretarias de Estado.

Eu acho que a análise do comportamento humano depende do prisma sob o qual é feita.

Não fora assim, não haveria necessidade, digamos, do poder judicante para deferir, aos olhos da lei, o que é certo e o que é errado, e nem seria necessária a profissão de advogado para defender esta, ou aquela postura, ou fato.

E a tal ponto é livre a formulação de hipóteses e a manifestação de opiniões, que se chega a qualificar, no meu entendimento, de, erro, o que foi acerto, e de culpa, o que foi mérito, não parecendo que tenham se submetido, aqueles fatos, a nenhuma análise, ou análise sob prisma algum, mas, de um espelho, porque os fatos surgiram totalmente distorcidos.

Não entendo, sinceramente, toda a celeuma que se faz, que se fez sobre aquele fato.

Estava o Governador amparado legalmente, quando concedeu aquela gratificação que ele, por certo, entendia necessária; ao tomar conta, porém, do prejuízo para o erário, voltou atrás e cancelou o ato.

Dai eu pergunto:

Qual o erro?

Qual o erro de que, corrigindo a si próprio, reconhece o equívoco, dá a mão à palmatória e, certamente, pretende consertar a situação, de outra forma?

A mim me parece que não houve erro de parte do Sr. Governador.

Talvez ele tivesse sido mal assessorado, possivelmente não foi advertido da extensão que o seu ato acarretaria, por força da legislação que prevê vinculações.

Para mim, o recuo do Sr. Governador àquele episódio, me pareceu um gesto de humildade e de grandeza, porque se o Sr. Governador fosse teimoso, ou por outra, se fosse vaidoso ele não voltaria atrás, independente das repercussões que aquele ato pudesse ter para o erário público; ele estava amparado legalmente, tocava o barco pra frente, mandava às favas o erário público.

Mas os homens de bem não fogem às responsabilidades dos seus atos.

Eu acho que o Governador agiu claro, agiu corretamente, agiu dentro do espírito da legalidade, porque voltou atrás, deu a mão à palmatória, corrigiu-se a si próprio.

Não vejo erro nisto.

Agora, vou dizer o porquê faço esta defesa:

Porque, na oportunidade em que o nobre Deputado Valter Pietrângelo encaminhou o seu requerimento, ele falou até em "impeachment" do Governador.

Para um fato banal, desta natureza...

Eu caio que como homem da ARENA, seria até bom, estrategicamente, para a Arena, que o Sr. Deputado requeresse realmente o "impeachment" do Governador, que, hoje, tem o respeito de todo o povo do Paraná, pela excelência de sua obra administrativa.

Isto, estrategicamente, eleitoralmente falando, seria ótimo...

Mas não vai haver pedido de "impeachment", a bancada da ARENA vai rejeitar o requerimento porque o Sr. Secretário de Recursos Humanos manda, aqui, explicações que nos convenceram, ele diz que "o pagamento de diferenças de vencimentos ou Gratificações a Servidores Públicos é feito sempre pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, órgão competente para tal, conforme determina a Lei No. 6636/74.

O dispositivo legal que determinou pagamento de gratificações de representação de Gabinete de Secretários aos Diretores Gerais das Secretarias quando substituídos aqueles em suas ausências ou impedimentos por forças de viagem ao exterior, está contido nos preceitos do capítulo IX, da Lei número 6174 de 16/11/70.

Os expedientes administrativos com os respectivos atos

oficiais determinatórios e autorizatórios das substituições em causa estão todas na Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

As substituições pagas a Diretores Gerais feririam-se a afastamento de seus titulares do País, como segue".

E aí ele responde ao item III do requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

"SÉRGIO MARTENETZ - Diretor Geral da Secretaria de Estado do Planejamento", recebeu, realmente, "durante viagem do Titular da Pasta aos Estados Unidos, em setembro deste ano, devidamente autorizado pelo Sr. Governador do Estado.

GASTÃO LUIZ MENDES LIMA - Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Transportes - "também, por motivo de "viagem do Titular da Pasta da Secretaria aos Estados Unidos e Europa em setembro deste ano.

OSNY RODRIGUES DE SOUZA - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Administração - viagem do Titular da Pasta ao Paraguai, em agosto deste ano", o mesmo ocorrendo com ELEUTÉRIO DALLAZEM - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - "pelo mesmo motivo" viagem do Titular da Pasta ao Paraguai em agosto deste ano.

ADOLFO ROSEVICZ - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social - viagens do Titular da Pasta aos Estados Unidos em março, junho e agosto deste ano."

Ainda informando ao Deputado Valter Pietrângelo que não houve acumulação de gratificações, porque ao instante em que o diretor da Secretaria passa a perceber a gratificação de Secretário em virtude de viagem ao exterior deste, ele perde a gratificação de função.

Portanto, por achar irrelevante o requerimento, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é que, devidamente, autorizado pelo Líder, eu afirmo aqui que a bancada irá rejeitar, sem, contudo furtar-se, posteriormente, a outros esclarecimentos que ache bem por bem solicitar o nobre Deputado da bancada da Oposição.

Entretanto, nós não aceitamos que se faça, em torno desse assunto, um "cavalo de batalha", visando promoção eleitoral e visando conspurcar a excelente imagem que o Governador tem junto a toda a população do Estado.

Nós não podemos aceitar que a situação seja analisada sob esse prisma.

De se qualificar de erro, o que foi acerto; de culpa, o que foi mérito, porque eu repito mais uma vez, eu vi grandeza no gesto do Sr. Governador do Estado em recuar no seu ato que concedeu aumento de gratificações aos Srs. Secretários de Estado, por força de legislação, esta sim, ao meu ver errada que esta Casa deve corrigir, oportunamente.

Eram essas as explicações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita dos Srs. Deputados, observem o momento de votação.

Em votação requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado autor do requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O requerimento por nós solicitado, em pauta, evidentemente, não faz pre-hipótese ou pré-julgamento, como explicou o nobre Deputado Erondy Silvério, sem a pretensão, é claro, de tentar convencer os companheiros contrários, a modificarem o seu posicionamento.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu apenas quero enfatizar que apesar de ter sido uma atitude muito nobre do Sr. Governador, muito bonita, muito altruísta conforme afirmou o Deputado Erondy Silvério, o certo, Sr. Presidente, é que tem uma porção e coisas aqui a serem explicadas.

Aliás, informações inclusive, que o Deputado Erondy Silvério traz, e que nós preliminarmente podemos até levantar dúvidas se realmente elas existem.

Altruísta a atitude do Sr. Governador, que faz com que todos os Juizes Sr. Presidente, da nossa Capital requeiram ao Presidente do Tribunal de Justiça a equiparação salarial com os Secretários de Estado como manda a Constituição.

Enquanto os Srs. Juizes requerem, motivados pelo Ato ilegal, imoral ou simplesmente Sr. Presidente um ato que confira irresponsabilidade de S. Exa. o Governador.

Pois bem, enquanto os Srs. Juizes de Curitiba requerem equiparação, o Deputado Luiz Roberto Soares, quando nos aparteu na oportunidade do nosso pronunciamento, disse que a equiparação existe.

Afinal de contas, ela existe ou não existe?

Os Srs. Juizes afirmam que não.

O Deputado Luiz Roberto Soares afirma e aqui as notas taquigráficas, que elas existem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Já concederei.

Peço a sua tolerância para que possamos concluir.

Outro detalhe, Sr. Presidente, que nós não fizemos.

Foi na oportunidade do nosso pronunciamento, realizado no dia 10, deste mês, propôr requerimento algum.

Absolutamente.

Naquela oportunidade, apenas formulamos um pronunciamento, um pronunciamento que pode ser um pronunciamento errôneo ou acertado.

Afinal de contas, nesta Casa se propõe as questões ao debate para que se descubra a verdade, ou pelo menos se aproxime dela.

Eu comentei, citando determinadas circunstâncias, que o Sr. Governador na oportunidade teria duas saídas.

Ou reconhecia a validade do seu ato de aumento, assumindo a obrigação de pagar 150 milhões de cruzeiros à Magistratura, ou estaria sujeito a um "impeachment" Por que?

Porque, é a pergunta que nós formulamos através desse pedido de informações.

Queremos apenas esclarecimentos.

Por exemplo: Sob quais números e títulos foram publicados no Diário Oficial estes atos.

Preliminarmente, Srs. Deputados, me parece que o ato do Sr. Governador que concedeu o aumento, nem ao menos foi publicado no Diário Oficial.

Nem sei ainda se foi um ato de S. Exa., um ato oficial de S. Exa., ou se foi apenas um ofício autorizando o aumento.

Se foi um ato oficial, evidentemente ele terá outras implicações jurídicas legais.

Se foi um ofício de S. Exa., o Sr. Governador, na pior das hipóteses vai se caracterizar um ato de irresponsabilidade.

Não seria, no caso aí, um ato de responsabilidade de S. Exa.

Enfim, apesar de toda a fraternidade e o altruísmo que marcou o recuo de S. Exa., o certo é que ela gerou implicações com a Magistratura.

E mais certo ainda, é a função fundamental deste Parlamento, em pelo menos tentar fiscalizar, as atitudes de S. Exa., tido e havido pela bancada do Governo, como uma atuação magistral.

Não sei, Sr. Presidente, quem sabe a atuação do Sr. Jayme Canet, na direção do Governo paranaense, seja boa, mas ela poderia ser quem sabe, ótima, desde que se pudesse quem sabe, oferecer outros rumos à aplicação dos recursos do Tesouro do Estado.

Concedo com muito prazer o aparte ao Deputado Luiz

Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Nobre Deputado, com a maior rapidez possível, o ato do Governador, eu já disse a V. Exa. não é irresponsável nem ilegal, nem imoral, apenas foi um ato que provocaria algum desdobramento que o Governador entendeu, danosos à Economia do Estado.

E disse a V. Exa. que realmente, a Emenda Constitucional número 7 estipula que: Nenhum Desembargador pode receber menos que Secretário de Estado.

E no Paraná, os Desembargadores não recebem menos do que Secretário de Estado.

Se V. Exa. tivesse prestado atenção, ao petítório encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pelos juizes da Capital, na qual pediam uma renovação dos seus vencimentos, se tivesse prestado atenção ao Despacho do Sr. Presidente do Tribunal, V. Exa. saberia que eu estaria com a razão.

O Presidente do Tribunal, criteriosamente, pediu aos Exmos. Srs. Juizes da Capital, que instruissem melhor o seu pedido, porque ele Presidente do Tribunal, sabe que realmente, os Srs. Desembargadores recebem mais que os Srs. Secretários.

De maneira que eu concebo que V. Exa. esteja pretendendo zelosamente preservar a moralidade pública e ainda mais, valorizar a atuação desta Assembléia na sua fiscalização.

Todavia, digo a V. Exa. que o Ato do Governador foi legalíssimo, está estribado em Lei, exatamente no Estatuto dos Funcionários Públicos, tinha disponibilidade orçamentária para fazê-lo; é moral porque evidentemente, os Srs. Secretários de Estado estão recebendo menos que os Srs. Deputados Estaduais, é preciso ressaltar esta particularidade.

E foi ato de grandeza, e V. Exa. reconhece pois já foi devidamente avocado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, e retroceder na sua disposição de conceder este aumento, ele implicaria num desdobramento que seria danoso às finanças do Estado, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta, mas esgotou os dez minutos regimentais, para o encaminhamento de votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Concluirei, Sr. Presidente. Simplesmente, entendo a coisa de uma outra forma, é por isso que proponho um pedido de informações, e lamentavelmente, vou ficar sem as devidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. – REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando que os Projetos de Lei números 63/76 e 136/75, voltem a tramitar separadamente, respeitada, contudo, a decisão plenária de aprovar os referidos projetos em 1ª discussão, solicita ainda, a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 63/76 e 136/75.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

Aliás a Presidência informa, nos termos do artigo 150 do Regimento Interno, que o requerimento teve a sua discussão encerrada no dia 21.

A Presidência coloca em votação e lhe concede a palavra para falar no encaminhamento de votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Havendo declinado colocou...

O SR. ENÉAS FARIA – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas, para conhecer a súmula do projeto 63.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência deu a súmula, pode dar o teor: a Súmula: Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 63/76, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, que propõe a criação do Município de Douradina

desmembrado do Município de Maria Helena, que foi irregularmente anexado ao Projeto de Lei número 136/75.

Com o qual, o Sr. Deputado Antônio Facci, propõe idêntica medida.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Wilson Fortes.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. — APROVADO.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere e solicita dos ilustres Srs. Deputados tomem os seus lugares, para possibilitar a conferência de votos.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Wilson Fortes.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se:

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

22 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente. É de se verificar que os mesmos Deputados que votaram favoravelmente, estão votando contrariamente.

Isto não pode ser verificado:

O SR. PRESIDENTE — A Presidência não vê inconveniente e fará nova verificação, de forma inversa.

Solicita aos eminentes Srs. Deputados tomem os seus lugares, para viabilizar a conferência de votos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, com a devida vênia e para dirimir dúvidas, eu solicitaria a V. Exa. que mandasse proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Tão logo a Presidência faça a verificação de votação, atenderá a V. Exa.

Os Srs. Deputados tomarão os seus lugares para possibilitar a tomada de votos.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Wilson Fortes.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

22 Srs. Deputados aprovam; 3 rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e solicita que depois de devidamente advertidos os Srs. Deputados que se encontram em outras dependências deste Poder, o Sr. Primeiro Secretário faça a chamada nominal, para a constatação de "quorum".

(Faz soar os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal) Acham-se presentes 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deve comunicar aos Srs. Deputados que o Deputado autor do requerimento, democraticamente, em entendimento havido com o Sr. Deputado Antônio Facci, deseja e requer, com a rasura que fez, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão de quinta-feira, já que amanhã não é possível, a inclusão dos dois projetos de lei que tratam sobre a mesma matéria.

Todavia, tramitando separadamente.

Em votação o requerimento do nobre Deputado Wilson Fortes.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO O REQUERIMENTO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de solidariedade desta Assembléia Legislativa aos trabalhadores brasileiros que hoje estão empenhados em conseguir pacificamente a reposição salarial que lhes é devida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere e fará a verificação de votação.

E apela aos Srs. Deputados para que tomem os seus devidos lugares para viabilizar a contagem de votos.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

22 Srs. Deputados rejeitam. 4 Srs. Deputados aprovam.

Não há "quorum" para deliberação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito nova verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência contou 26 Srs. Deputados, todavia, poderá fazer nova verificação de votação.

Mas apela com consciência de estar cumprindo o Regimento Interno, para que os Srs. Deputados facilitem, por favor, a verificação de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu recomendaria Sr. Presidente, a V. Exa., se me é dado o direito de recomendar, para que não nos perdêssemos, não só na votação, mas não nos perdêssemos em expedientes pouco recomendáveis, que V. Exa. procedesse novamente à chamada nominal ou fizesse chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de V. Exa. proceder à chamada nominal, seria conveniente verificar se há número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai proceder da mesma forma como procedeu na oportunidade em que o Sr. Deputado Gabriel Manoel pediu chamada nominal para constatação de "quorum".

E vai, repetir de forma inversa, a votação do pedido de verificação anteriormente requerido.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

21 Srs. Deputados rejeitam, 5 Srs. Deputados aprovam.

Não há "quorum" para deliberação.

A Presidência defere agora a solicitação do emente Deputado Enéas Faria, determinando nova chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, a Presidência colocará em discussão a matéria que se encontra sobre a Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Astrogilda Fonseca Justo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vergílio Risso. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor José Antônio do Rio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN e à Secretaria de Segurança, no sentido de que sejam adotadas medidas para disciplinar o trânsito na cidade de Campo Mourão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expe-



diente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DNER, no sentido de mandar proceder ou autorizar que se proceda a construção de acesso para o Posto de Abastecimento, Bar, Restaurante e Oficina Mecânica, na BR-369. Em discussão.

O SR. ENEAS FARIA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco Central do Brasil indagando se existem instrumentos legais que amparem a obrigatoriedade imposta por estabelecimento bancário que exigem junto às suas agências, a efetivação de seguro pessoal (de vida) para fins de financiamentos. – Em discussão.

O SR. ENEAS FARIA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo informações de diversos itens, no interesse do magistério e referente ao Edital de Chamamento número 02/77. – Em discussão.

O SR. ENEAS FARIA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando que o Grande Expediente, da sessão do próximo dia 25, seja dedicado integralmente à comemoração do "Dia Universal de Ação de Graças" –

Adia-se o pronunciamento do Plenário, para a próxima sessão.

Além dos requerimentos, numerosos, que independem de discussão, tão somente de deliberação do Plenário, os demais estão, todos, com a discussão encerrada, em sessões anteriores.

A Presidência solicita a atenção do Departamento Legislativo, para que dê condições a que a Presidência possa, na sessão de quarta-feira, amanhã, anunciar, para a sessão de quinta-feira, os projetos de lei de autoria, respectivamente, dos Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci.

Trata-se dos Projetos de Lei números 63/76 e 136/75.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA – da Proposição número 521/77.

3a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei números 83/75, 92/76, 120/77, 124, 138, 127, 134, 137, 139, 140, 144/77 e de Resolução números 256, 310, 320, 321, 340, 357, 360 e 361/77.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 142/77.

1a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei números 25 e 100/77.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS.

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 695/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10510, de 24 de outubro de 1.957, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar a ANNA PAWLOSKI LEANDRO, viúva do ex-funcionário aposentado deste Poder, Antônio Leandro, falecido no dia 22 de outubro de 1.977, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205, e parágrafo segundo, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 696/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10455, de 21 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

atribuir a JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula número 514, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, Função Gratificada correspondente ao símbolo 5-F, conforme o Artigo 15, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de março do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente.

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 697/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

Art. 1o. – Alterar no Artigo terceiro do Decreto Legislativo número 94, de 11 de março de 1.977, o valor do item, como abaixo se discrimina:

ENCARGOS DIVERSOS – 3.1.4.0

03– Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens.

m– Administração da ALEP . . . . . 170.000,00

Palácio Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário